

**EIXO TEMÁTICO 8: CULTURA, SOCIEDADE E IDENTIDADES****MAIN THEME 8: CULTURE, SOCIETY AND IDENTITIES****CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIA NOS SERVIÇOS RESIDENCIAIS TERAPÊUTICOS (SRTs) DO PIAUÍ: a configuração anaparental****FAMILY CONSTITUTION IN THERAPEUTIC RESIDENTIAL SERVICES (TRSs) OF THE PIAUÍ: the configuration of Affective Bonding and Interaction among Relatives****Lucia Cristina dos Santos Rosa**

Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Piauí pelo Departamento de Serviço Social. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde mental, reforma psiquiátrica, família, políticas públicas e assistência psiquiátrica. Pós doutora em Saúde Coletiva pela Unicamp (2012).

**Sâmia Luiza Coêlho da Silva**

Assistente Social formada pela Universidade Federal do Piauí, e, atualmente, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí e realiza pesquisa na área de Saúde Mental no âmbito dos Serviços Residenciais Terapêuticos.

**Resumo**

O artigo visa explicar a constituição de família como um dos produtos consignados a partir das experiências cotidianas propiciadas pelos Serviços Residenciais Terapêuticos do Piauí (SRTs), e, nessa perspectiva, elucidar a construção de uma nova configuração de família, a anaparental. É pesquisa de natureza qualitativa, baseada na observação participante e na entrevista semiestruturada com os seguintes sujeitos: coordenadoras, cuidadores e moradores.

**Palavras-Chave**

Serviços Residenciais Terapêuticos do Piauí; Família; Anaparentalidade.

**Abstract**

This article aims to explain the family constitution as one of the products consigned from the everyday experiences afforded by the Therapeutic Residential Services of Piauí (TRSs), and, in this perspective, to elucidate the construction of a new family configuration, the affective bonding and interaction among relatives. It is qualitative research, based on participant observation and semi-structured interviews with the following subjects: coordinators, carers and residents.

**Keywords**

Therapeutic Residential Services of Piauí; Family; Affective Bonding and Interaction among Relatives.

## Introdução

O movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, concebido pelo Ministério da Saúde como “[...] conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais em torno do ‘louco’ e da ‘loucura’, mas especialmente em torno das políticas públicas para lidar com a questão [...]” (BRASIL, 2007, p. 58), teve início em meados da década de 1970, no cerne do processo de redemocratização da sociedade brasileira, e, é constitutivo pela ampliação da luta pelo cuidar em liberdade, tendo por eixo de ação os direitos civis da PcTM.

O movimento, traz em seu bojo, o ideário reformista em saúde mental, que passou a orientar, a partir da década de 1990, a política de saúde mental do Ministério da Saúde, por meio da reestruturação da assistência em saúde mental, reforçada internacionalmente pela Declaração de Caracas, produzida a partir de evento promovido pela Organização Panamericana da Saúde, que condena o modelo manicomial a partir de quatro eixos: ético jurídico, pelas violações dos direitos humanos; clínico, em função da ineficácia terapêutica; institucional, por se constituir em instituição total; e sanitário, por se conformar na “cidade dos loucos.” (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE, 1990).

O cuidado em serviços abertos e comunitários se consolida com a Lei 10.216/2001 que reconhece os direitos das pessoas com transtorno mental e define os vários tipos de internação, colocando-a como último recurso a ser acionado. Uma rede diversificada de serviços passa a se constituir, no horizonte da desconstrução do modelo manicomial, constituída por diversas modalidades de Centros de Atenção Psicossocial (Caps), definidos por porte populacional e segmentos, Caps I, II e III, voltados para o segmento infanto-juvenil e para consumidores de álcool e outras drogas, programas de geração de emprego e renda, cooperativas, centros de

convivência, dentre outros. Tal arquitetura é reforçada pela Portaria 3.088/2011, que cria a Rede de Atenção Psicossocial<sup>1</sup>.

No processo de desinstitucionalização, um desafio se materializa na quantidade significativa de pessoas que sofreram os efeitos do hospitalismo, da vida institucional por tempo prolongado, com significativas desabilitações para a vida fora do espaço institucional, esgarçamento ou rompimento com os vínculos familiares, tornando-se ‘moradores’ do modelo manicomial.

Com a preocupação de não se reproduzir a desassistência, como ocorreu em outros modelos reformistas em saúde mental, implementados no mundo Ocidental (AMARANTE, 2007), e na perspectiva de reparação à violação de direitos humanos, imposta a esse segmento, o artigo 5º da Lei 10.216 prevê que

[...] o paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida. (BRASIL, 2004a, p. 18).

Em face do previsto na legislação, uma nova forma de inserção social passou a existir por meio dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), oficializados a partir da Portaria GM nº 106, de fevereiro de 2000.

Com 15 anos de implementação no Brasil, observa-se escassez na análise dos produtos consignados a partir das experiências dos SRTs. Nesse horizonte, o presente estudo, que embasa a dissertação de mestrado, teve por questão norteadora: entre os produtos consignados pelas relações constituídas nos SRTs, das cidades de Teresina e União-PI, qual (quais) figura(m) a constituição de nova modalidade familiar?

---

<sup>1</sup> A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) possui diversos serviços substitutivos para atender as múltiplas demandas em saúde mental que não se restringem meramente à demanda do tratamento: ambulatoriais, CAPS, residências terapêuticas, centros de convivência, cooperativas, etc. Todos esses dispositivos possuem uma lógica de operacionalizar o cuidado em saúde mental de forma diferenciada ao modelo anterior que estava restrito a uma lógica hospitalocêntrica (PASSOS; PORTUGAL, 2015, p. 93).

Este artigo pretende trazer elementos para subsidiar a análise de um dos produtos consignados a partir das experiências dos SRTs, na perspectiva de construção de uma nova modalidade de família, a anaparental.

Originalmente, este estudo é fruto da dissertação de Mestrado em Políticas Públicas construída junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, tendo por campo empírico os cinco SRTs do Estado do Piauí, quatro em Teresina e um localizado no município de União, localizado a 54 km da capital. Adotou-se a pesquisa qualitativa, tendo por principais técnicas a observação participante, as entrevistas semiestruturadas e a pesquisa documental. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí sob CAEE 45197315.4.0000.5214 e do parecer consubstanciado nº 1.094.724, datado de 5 de junho de 2015.

### **Os SRTs no processo reformista em saúde mental**

A portaria GM nº 106, de fevereiro de 2000, do Ministério da Saúde, inseriu no Sistema Único de Saúde (SUS) um novo dispositivo, os SRTs, para viabilizar os cuidados com o segmento que mais sofreu os danos do modelo manicomial, os “moradores de hospitais psiquiátricos”.

Os SRTs, conforme definição do SUS, são casas localizadas no espaço urbano constituídas para responder às necessidades de moradia das PcTMs, institucionalizadas há mais de dois anos, com o objetivo de reconstruir os vínculos sociais perdidos e oferecer um novo tipo de atenção para ex-internos que não contam mais com o apoio dos familiares para voltar à comunidade ou que não possuam suportes sociais suficientes para garantir condições adequadas de moradia (FURTADO, 2006).

No Brasil, no início da década de 1990, experiências das cidades de Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre (RS) demonstraram a necessidade de iniciativas, como criação de moradias, no processo

de reinserção das PcTMs na comunidade. Essas experiências pressionaram uma regulamentação, que ocorreu a partir da publicação da Portaria 106/2000, que introduz as residências terapêuticas no âmbito do SUS (BRASIL, 2004b).

De acordo com a Portaria nº 3.090/2011, em seu artigo 2º, parágrafos primeiro e segundo, são estabelecidas duas modalidades de Serviço Residencial Terapêutico:

§ 1º São definidos como SRTs tipo I moradias destinadas a pessoas com transtorno mental em processo de desinstitucionalização. Esta modalidade de moradia deve acolher até 08 (oito) moradores.

§ 2º São definidos como SRTs tipo II as modalidades de moradia destinadas àquelas pessoas com transtornos mentais em acentuado nível de dependência, especialmente em função do seu comprometimento físico, que necessitam de cuidados permanentes específicos. Este tipo de SRT deve acolher até 10 (dez) moradores e contar com equipe mínima descrita no anexo I a esta Portaria. (BRASIL, 2011, p. 10).

Comumente, os moradores dos SRTs recebem o benefício do Programa de Volta para Casa, criado pela Lei Federal 10.708/2003, que consiste em uma renda mensal de R\$ 420,00, o que permite maior contratualidade desse segmento com seu entorno social.

Os moradores são acompanhados pela equipe do CAPS, que busca atender às necessidades de cada morador. O objetivo do CAPS é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, ao lazer, ao exercício dos direitos civis e ao fortalecimento dos laços familiares e comunitários (BRASIL, 2004b).

Destarte, observa-se que, a partir da inserção das PcTMs nos SRTs, torna-se possível a consumação dos três eixos propostos por Saraceno (1999) para analisar os processos de atenção psicossocial: a) o morar, que estabelece novas territorialidades e poder sobre outros e diversos espaços sociais deste segmento; b) a troca de identidade, que de estigmatizada tende a ser multiplicada, com outros elementos, como o de ser morador na cidade; parceiro em uma casa; vizinho, dentre outros; c) produzir valores de troca valorizados socialmente, permitido a princípio pelo benefício propiciado pelo Programa de Volta para Casa.

Com esses indicadores, é possível avaliar em que direção às relações construídas sinaliza como tendência.

A avaliação é compreendida como um processo recente na saúde/saúde mental se orientando a partir de um “juízo de valor”, conforme Furtado e Laperriere (2011, p. 19), tendo por componentes: “[...] informação, estabelecimento de critérios, juízo e tomada de decisão”.

As informações atinentes aos SRTs remetem para processos de desinstitucionalização como desconstrução, apropriação de novos territórios em diferentes espaços, na casa, na cidade, nas relações sociais, visando construir outras identidades, para além da estigmatizada, multiplicando-as. No estabelecimento de critérios, tem-se a possibilidade de transformação do serviço residencial terapêutico em lar, e, a partir das relações construídas nesse lar, entre pessoas que tinham em comum a vivência de destituição, inclusive de si mesmo no interior do modelo manicomial, a construção de relações socioafetivas, que podem se configurar em uma modalidade de família. Para Lôbo (2008), uma família, para ser considerada como tal, tem de, obrigatoriamente, possuir três características: a *afetividade*, como fundamento e finalidade, com desconsideração do móvel econômico; *estabilidade*, excluindo-se os relacionamentos casuais, episódicos ou descomprometidos, sem comunhão de vida; e *ostensibilidade*, o que pressupõe uma unidade familiar que assim se apresente publicamente.

Logo, o juízo de valor localiza-se nas relações construídas e ressignificadas pelos e entre os moradores, no seu cotidiano de vida nos SRTs.

### **A família anaparental construída a partir dos SRTs no Piauí**

Os SRTs no Piauí se constituíram a partir de 2006, com três unidades localizadas na capital e sob gestão estadual. No mesmo ano, uma quarta residência sob gestão municipal, na cidade de União, e uma quinta, em 2012, sob gestão da Fundação Municipal de Saúde de Teresina.

Como explicitado nos textos emanados do Ministério da Saúde, os SRTs tiveram como propósitos iniciais a constituição de espaços de moradia/habitação na perspectiva de sua configuração como um lar. Como afirma Saraceno (1999), morar não é sinônimo de habitar, pode configurar um estar, sem apropriações territoriais, enquanto no habitar acontece um empoderamento diante do entorno. No depoimento das pessoas implicadas com os SRTs base da pesquisa, esses são sinalizados como lar, no sentido de um lugar em que as relações são de acolhimento, como um espaço de circulação do afeto que edifica o cotidiano; percebendo-se a construção de uma reinserção que habilita os moradores, emancipando-os, reconfigurando suas identidades.

A residência terapêutica é uma casa inserida no meio de outras casas com livre acesso à rua, aos serviços, à sociabilidade, à convivência com vizinhos, donos de mercearia, de padaria, aos salões, ao clube que eles frequentam, fazem hidroginástica, fazem ioga, vão ao posto de saúde quando precisam. Então é uma residência, porque eles moram, tem os hábitos deles, recebem visitas, comemoram as festas, cada um tem o cantinho deles, com seu quarto climatizado, sua cama, seu armário, sua tv, seu som... E isso é o que as pessoas comuns têm na sua residência. (COORDENADORA SRT2).

Eu convivo há muito tempo com eles, eu sinto como se fossem irmãos meus, devido o tempo, por eu gostar deles, eu gostar do trabalho, desde o início eu já me dava com eles. (CUIDADOR SRT5).

Gosto de morar aqui, adoro as meninas, adoro a dona 'F', adoro a 'M', tenho meu dinheirinho, deixei de fumar e não quero mais saber de cigarro. Todo mundo me trata bem, tenho meu banheiro, tenho minha televisão, tenho meu ventilador, tenho meu quarto arrumado, tenho minha cama arrumada, tem a gatinha parida e meus netinhos, são os cinco gatinhos. (MORADORA SRT3).

Uma das coordenadoras, ao afirmar que a residência terapêutica '[...] é uma casa inserida no meio de outras casas com livre acesso à rua, aos serviços, à sociabilidade [...]', corrobora com as concepções de Saraceno (1999), no sentido de abordar o morar, no caso do serviço, como habitar, pois a apropriação do território se consolida à medida que existe por parte dos moradores “[...] a convivência com vizinhos, donos de mercearia, de padaria, aos salões, ao clube que eles frequentam, fazem hidroginástica, fazem ioga, vão ao posto de saúde quando precisam. Logo, é

uma residência porque eles moram, têm os hábitos deles, recebem visitas, comemoram as festas, cada um tem o cantinho deles, com seu quarto climatizado, sua cama, seu armário, sua tv, seu som... e isso é o que as pessoas comum têm na sua residência [...]”. Dessa forma, a coordenadora expõe de maneira evidente a construção do empoderamento dos moradores, dando sentido à perspectiva do autor e, inclusive, apontando os rituais existentes nesse serviço, consolidados como de uma residência comum como qualquer outra, fato também percebido na extensão dos demais SRTs por meio da observação participante.

Além disso, a partir das expressões dos entrevistados, foi possível também observar os critérios de Lôbo (2008), abordados anteriormente: afetividade, estabilidade e ostensibilidade, considerados pilares relevantes para o embasamento da construção de família(s).

A configuração do critério de estabilidade, por exemplo, foi observada por meio da entrevista com o cuidador do SRT5, ao mencionar que: “[...] sinto como se fossem irmãos meus, devido o tempo [...]”, tendo em vista que tal critério se baseia na durabilidade das relações e na comunhão de vida partilhada, o que foi perceptível nesse serviço, pois tal durabilidade foi apregoada em sua fala, resultando em vínculos de afeto com os moradores. O critério de estabilidade se estendeu pelos demais SRTs, tendo em vista que nove anos de convivência entre moradores, cuidadores e coordenadoras em quatro dos serviços, e quase três anos em outro, permitiu perceber que essa contribui para a construção diária de laços que os aproximam e dão sentido ao cotidiano de cada sujeito constituinte desses SRTs.

No que concerne ao critério de afetividade, o que foi notabilizado advém da fala da moradora de um dos SRTs pesquisados: “gosto de morar aqui, adoro as meninas, adoro a dona ‘F’, adoro a ‘M’, tenho meu dinheirinho, deixei de fumar e não quero mais saber de cigarro. Todo mundo me trata bem [...]”. Observa-se que o afeto se cristaliza com o que é apresentado no contexto desses SRTs diariamente, e conta com o critério da estabilidade, à medida que vai se consolidando em um processo construído a partir de uma dinâmica constante existente nesses serviços. Como



assinala Lôbo (2008), o gostar é parte do estar, da companhia do outro, da construção de laços que se formam no seio cotidiano e é partindo dessa compreensão que se considera a existência de tal critério, constituído em todos os cinco SRTs de forma perceptível e contundente.

Vale ressaltar que o exposto pela moradora, em expressar “[...] tenho meu dinheirinho [...]”, remete-nos, ainda, à discussão de Goode (1970), ao enfatizar que uma unidade doméstica tem por principal característica a partilha de um orçamento, o qual demarca as trocas econômicas entre as pessoas, o que foi permitido pelo Governo Federal ao financiar os SRTs e ao proporcionar aos moradores o benefício do Programa de Volta pra Casa, permitindo a esse segmento a reconstrução de suas identidades e da sua cidadania.

Quanto ao aspecto da ostensibilidade, que se configura pelo que é aparente, e, levando em consideração a(s) família(s) nesse contexto, nos SRTs, que se fundamenta na existência da família anaparental, a construção de família(s) nesses serviços é edificada pelos sujeitos que fazem parte desses dispositivos.

Tem uma relação aqui como se fosse uma família mesmo, né?! Não tem imagem de hospital, é de uma casa, de uma residência, somos família! (CUIDADORA SRT<sub>2</sub>).

Eu vejo todo mundo aqui como a minha família... como se fossem minhas irmãs, como uma mãe pra mim, como uma tia... como um parente meu! Eu tenho muita consideração e muito amor por elas. (MORADORA SRT<sub>1</sub>).

Considero o Z.R... é meu irmão, o “A”, o “R”, a “G”... todos, eu tenho eles como irmãos. A cuidadora “R” eu adoro, a “V”, a “C”, tenho elas como minhas tias! (MORADORA SRT<sub>3</sub>).

Desse modo, observa-se o emprego de relações de parentesco como irmãos (as), mãe, tia para um se referir ao outro, denotando relações fraternais, vínculos afetivos.

O dia a dia e as relações construídas possibilitam tornar a ostensibilidade dessa(s) família(s) nos SRTs, que se apresenta fincada aos critérios advertidos outrora por Lôbo (2008) e se materializa em meio ao convívio diário dos sujeitos junto

aos conflitos, aos tensionamentos, às desigualdades, mas, também, por meio da cooperação, da solidariedade, do amor e da partilha de projetos em comum que, segundo Bruschini (1993), são elementos que coadunam na conformação de família(s), independente da consanguinidade.

A alusão relacional a parentesco e à família sinaliza para a força do grupo familiar como instituição no imaginário de todos – moradores, gestores e cuidadores –, até porque, culturalmente (DAMATTA, 1991), a família, no Brasil, teve um peso histórico significativo como esfera de proteção social, em função do restrito estado de bem-estar construído no País, criado em 1930 e pautado na cidadania ocupacional (SANTOS, 1987).

Dessa forma, pensar no anaparentalismo como um novo desenho de família(s) na contemporaneidade, a partir dos SRTs, é pensar num modelo caracterizado pela formação de ‘grupos’ que tanto podem extrapolar o modelo nuclear tradicional, pela inclusão de parentes e de agregados (ampliação extensa), quanto nem mesmo realizá-lo, como no caso de casais sem filhos, famílias nas quais um só dos cônjuges está presente, irmãos sem pais ou até mesmo a conformação de amigos, de pessoas ligadas por vínculos duradouros e pelo afeto, que decidem morar juntas, conformando suas identidades a partir das relações construídas cotidianamente entre os indivíduos que partilham uma vida em comum.

Etimologicamente falando, família anaparental significa família sem pais. Sá (2009), ao tratar do conceito de tal desenho familiar, afirma, diante das concepções de Barros (2003):

São as famílias que não mais contam com os pais, as quais por isso eu chamo famílias anaparentais, designação bastante apropriada, pois “ana” é prefixo de origem grega indicativo de ‘falta’, ‘privação’, como em “anarquia”, termo que significa falta de governo (BARROS, 2003 *apud* SÁ, 2009, p. 11).

No contexto dos SRTs do Piauí, a existência do anaparentalismo entre moradores, cuidadores e coordenadoras é uma realidade solidificada no dia a dia

desses sujeitos. Tal realidade foi constatada a partir dos critérios elencados, tendo como parâmetro o estabelecimento dos critérios de que trata Lôbo (2008), partindo do referencial da conformação de família(s) como um dos produtos consignados nos SRTs, pois, apesar da ausência de consanguinidade, o afeto – visto como elemento basilar na perspectiva da(s) família(s) contemporânea(s) e na formação dessa tipologia familiar –, a estabilidade e a ostensibilidade foram elementos que se condensaram de maneira visível nesses dispositivos, além das relações assimétricas e contraditórias, demonstrando a heterogeneidade de tal composição familiar. Nesse âmbito, ressaltam-se as concepções de Amarante e Rangel (2009, p. 13) acerca dos SRTs:

Nesta nova modalidade de habitar, em que a experiência de morar e o ato terapêutico se cruzam nas mais diversas configurações, não há uma experiência única e homogênea, mas sim a caracterização de um espaço que não é livre de contradições.

Assim, partindo de tal conotação, percebeu-se que nos SRTs do Piauí essa realidade não é diferente, tendo em vista que o espaço de morar/habitar como significado expresso nos depoimentos pelos moradores e demais profissionais que agregam esses serviços, apesar de identificar o afeto por meio dos laços estabelecidos, a estabilidade por meio dos vínculos duradouros e a ostensibilidade como a(s) existência(s) da(s) família(s) aparente(s) que se apresenta publicamente, também conforma um espaço repleto de pluralidades que, na perspectiva da(s) família(s), configura-se como algo que integra a dinâmica desse espaço, metamorfoseando-o de acordo com o contexto societário e com o cotidiano que incide na edificação constante das identidades dos sujeitos, aqui reconhecidos pelos moradores, cuidadores e coordenadoras dos SRTs.

## Considerações Finais

O Movimento de Reforma Psiquiátrica, ocorrido em meados de 1970, no Brasil, tendo por eixo a luta pelo cuidar em liberdade com foco nas pessoas com transtorno mental, trouxe consigo a implantação de serviços abertos e comunitários, dentre eles, os Serviços Residenciais Terapêuticos, objetivando o reconhecimento dos direitos de um segmento que, historicamente, carregou o peso das consequências dos efeitos do modelo manicomial, atualmente em processo de desconstrução.

Os SRTs, advindos como fruto desse movimento de reforma e da portaria GM nº 106 de fevereiro de 2000, caracterizam-se como casas destinadas a receber pacientes egressos de longas internações em hospitais psiquiátricos objetivando reinseri-los no meio social.

No estado do Piauí existem cinco SRTs, das quais, inicialmente, três se consolidaram no ano de 2006 sob gestão estadual; no mesmo ano, uma, sob gestão municipal, na cidade de União, e, no ano de 2012, mais um serviço sob gerência da Fundação Municipal de Saúde.

Por apresentar cerca de nove anos de implantação no estado, e pela carência de investimentos na área, no que diz respeito ao aspecto avaliativo, realizou-se este estudo, em nível de Mestrado, para apontar elementos que subsidiem a compreensão desses dispositivos como família(s), e, no caso do trabalho em pauta, essa perspectiva foi verificada considerando os critérios levantados por Lôbo: a afetividade, a estabilidade e a ostensibilidade.

Vale lembrar que uma residência ou uma unidade doméstica não necessariamente conforma relações familiares, e, no decorrer do trabalho, foi possível verificar que esses SRTs trazem essa conformação por se constituírem em espaços de vivências em comum que permitem a configuração de um lar a partir da dinâmica estabelecida no cotidiano de cada residência terapêutica, materializando, dessa forma, a existência da família anaparental como um dos produtos consignados desses SRTs.

## Referências

- AMARANTE, P. D. C. **Saúde Mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- AMARANTE, P. D. C.; RANGEL, M. A liberdade é terapêutica: reinventando vidas na Reforma Psiquiátrica. In: **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 3, n. 4, p. 10-16, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Legislação sobre Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental** – Portaria nº 3.090/2011, Brasília, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Legislação em saúde mental: 1990-2004**. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a.
- \_\_\_\_\_. **Residências Terapêuticas: o que são, para que servem?** Brasília, DF, 2004b.
- \_\_\_\_\_. **Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção**. Relatório de Gestão 2003-2006. Brasília: 2007.
- BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. DE A. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993.
- DAMATTA, R. **A casa e a rua**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- FURTADO, J. P; LAPERRIÈRE, H. A avaliação da avaliação. In: **Desafios da avaliação de programas e serviços em saúde: novas tendências e questões emergentes**. Coleção Saúde, Cultura e Sociedade. Editora: Unicamp, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação da situação atual dos Serviços Residenciais Terapêuticos no SUS**. Ciência e Saúde Coletiva, 2006.
- GOODE, W. J. **Revolução mundial e padrões de família**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Universidade de São Paulo, 1970.
- LÔBO, P. L. N. **Direito Civil: Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Reestruturação da assistência psiquiátrica: bases conceituais e caminhos para sua implementação**. Milão: OPS, 1990.



PASSOS, R. G; PORTUGAL, S. Breve Balanço da Política de Saúde Mental: análise comparativa Brasil e Portugal a partir da experiência das Residências Terapêuticas. In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 91-1-2, jan./jun, 2015.

SÁ, H. R. **Família Anaparental**: Uma realidade ou ficção jurídica? UNIFACS, 2009.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARACENO, B. **Libertando identidades**: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/ TeCorá, 1999.

VASCONCELOS, E. M. **Saúde mental e serviço social**: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

## A POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA BRASILEIRA SOB A ÉGIDE DO NEOLIBERALISMO

### THE PUBLIC POLICY OF BRAZILIAN CULTURE UNDER THE AUSPICES OF NEOLIBERALISM

**Carlos Wellington Soares Martins**

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela UEMA. Graduado em Biblioteconomia pela UFMA. Bibliotecário do Núcleo Integrado de Bibliotecas da UFMA. Membro do grupo de Pesquisa GEPOLIS (Grupo de Estudos de Política, Lutas Sociais e Ideologias).

**Luana Tereza de Barros Vieira Rocha**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Graduada em Serviço Social pela UFMA. Assistente Social pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência da Prefeitura de São Luís – MA. Membro do grupo de Pesquisa GEPOLIS (Grupo de Estudos de Política, Lutas Sociais e Ideologias).

#### **Resumo**

O artigo analisa a relação entre Estado, Cultura e Políticas Públicas no contexto de domínio da política neoliberal. Compreende a política cultural em sua relação com o poder político e o capital transnacionalizado em uma formação social marcada por práticas políticas autoritárias e oligárquicas. Esse contexto decorre do processo de aplicação de políticas neoliberais no Brasil, nas quais tiveram um impacto profundo em toda a máquina do Estado, principalmente na formatação e na execução das políticas públicas, dentre elas destacamos a política cultural. A política cultural foi marcada por volumosos recursos orçamentários, como também serviu de respostas aos objetivos do grupo político dominante em acordo com seu projeto político ideológico de ordem nacional.

#### **Palavras-chave**

Estado. Cultura. Políticas Públicas. Neoliberalismo.

#### **Abstract**

The paper examines the relationship between State, Culture and Public Policy through its relationship with the neoliberal offensive. Understands the cultural policy in its relationship with the local political power and the transnationalized capital in a social formation marked by authoritarian and oligarchic political practices. This context results from the application of neoliberal policies process in Brazil, in which had a profound impact on the entire state machinery, particularly in shaping and implementing public policies, among which we highlight the cultural policy. Cultural policy was marked by massive budget resources, but also served as a response to the objectives of the dominant political group according to its ideological political project.

#### **Keywords**

State. Culture. Public policy. Neoliberalism.

## Introdução

Refletir sobre cultura e Estado em sua relação na formulação e implementação de políticas públicas é instigante no sentido em que a própria definição de cultura que norteia esta atividade é polissêmica e cheia de contradições seja por quem faz cultura quanto para quem pensa cultura.

Tentar apreender as contradições e determinações presentes nesta mediação, Estado e cultura, permite antever todo um processo político ideológico que não anda na contramão da proposta neoliberal ao qual a política econômica e demais áreas estão sujeitas.

Dessa forma este trabalho pretende realizar um debate teórico entre as categorias Estado e Cultura e a sua relação com a ofensiva neoliberal adotada, tentando correlacionar a concepção utilizada de política cultural no Brasil.

## Estado, cultura e neoliberalismo

As duas últimas décadas do século XX foram marcadas por mudanças na ordem econômica e política que inaugurou uma nova hegemonia de caráter neoliberal. A crise na esfera econômica resultou na reestruturação produtiva e exigiu mudanças na forma de intervenção do Estado. Entretanto esse processo se desenrolou de diferentes maneiras e intensidade seguindo a especificidade de cada formação social e o contexto de resistência política dos movimentos dos trabalhadores.

Nos países centrais ficou evidente o esgotamento dos mercados internos, ocorreu a queda da produtividade e conseqüente lucratividade das empresas e o dólar se desvalorizou. As medidas de enfrentamento da crise giraram em torno do incremento da financeirização, do aumento da taxa de exploração da força de trabalho com a implantação de novos regimes de trabalho. O movimento de revalorização do mercado atingiu a esfera da política no momento em que as classes



dominantes não apenas responsabilizaram o Estado pela crise econômica como impuseram mudanças de flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas como alternativas para uma resolução da crise.

Nos países periféricos e semiperiféricos a crise foi sentida com maior agressividade visto que as instituições multilaterais dos países centrais exigiram maior abertura dos mercados internos para o capital externo e flexibilização das relações de trabalho tendo o Estado como principal agente na construção das condições políticas e ideológicas para a hegemonia do neoliberalismo.

No Brasil, esse projeto teve uma temporalidade diferenciada. Na década de 1980 os movimentos sociais e sindicais estavam em uma fase de grande mobilização e se constituíram em força política capaz de criar barreiras à implantação das medidas neoliberais. Enquanto isso a década de 1990 foi marcada pelo auge do neoliberalismo e sua maior expressão foi o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso ao implementar o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1995. A reforma do Estado foi legitimada pela defesa da necessidade de tornar o Estado mais eficaz e eficiente e de construir as condições para a inserção do Brasil no chamado mundo globalizado (SILVA, 2003).

Esse processo teve um forte apelo ideológico, principalmente pela defesa da estratégia de se atingir a governabilidade que, segundo os defensores do neoliberalismo, estava ameaçada pela crise na economia e pelo alto “custo Brasil”. As medidas implicaram em profundas mudanças na natureza universalista e pública das políticas de Estado, na amplitude dos direitos sociais e na delimitação da área de atuação do Estado.

A proposta da reforma do estado surgiu no cenário internacional como alternativa do neoliberalismo a crise econômica que se instalou no final dos anos 1970. A ideologia neoliberal responsabilizou o Estado-previdência pela crise econômica do capitalismo e propôs a reforma do Estado como alternativa capaz de proporcionar um novo momento de crescimento econômico. Foi implementada inicialmente pelos governos Reagan, nos Estados Unidos, e Thatcher, na Inglaterra, a

partir dessa experiência se espalhou pelos mais diversos países, sendo aplicada de acordo com as condições políticas de cada formação social.

No Brasil, o debate sobre a reforma do estado foi impulsionado pelas instituições financeiras multilaterais, em plena crise da dívida externa dos países periféricos. Vinculou à liberação de novos investimentos financeiros às reformas neoliberais, nomeadamente a reforma do Estado. O governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso construiu as condições políticas e econômicas para a implementação da reformas neoliberais ao encaminhar em agosto de 1995 ao Congresso Nacional, o Projeto de Emenda Constitucional n. 173 sobre a reforma do aparelho de Estado (SILVA, 2003).

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado foi implementado sem muita resistência dos movimentos sociais, que no momento já estavam fragilizados com as medidas neoliberais efetivadas pelos governos anteriores. Suas metas de privatização de empresas públicas, de terceirização, publicização e redefinição do papel regulador do Estado foram alcançadas implicando em profundos danos na universalidade das políticas sociais, ameaçando direitos sociais duramente conquistados pelas classes trabalhadoras.

No Brasil, as expressões culturais das classes populares foram historicamente rejeitadas por parte das classes dominantes. Isso começa a mudar quando o movimento modernista, a partir das décadas de 1920 e 1930, realizou uma espécie de aproximação entre esses dois pólos Marques (apud NOGUEIRA, 2005).

### **Políticas públicas de cultura no Brasil**

Em se tratando de políticas públicas de cultura ou políticas culturais a sua análise torna-se ainda mais complexa devido à variedade de interpretações sobre a definição de cultura. As dificuldades de se conceituar cultura, inclusive entre aqueles que pertencem à categoria dos intelectuais, condicionam a definição do seu centro.

Hall (2003, p.135) discute sobre a concepção de cultura e afirma que não consiste no que há de melhor de forma isolada:

Não consiste na soma de o melhor que foi pensado e dito, considerado como ápice de uma civilização plenamente realizada. [...] Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. [...] A análise da cultura é, portanto, a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos.

Também há duas formas de se receber a cultura: de forma cumulativa e estática. Na primeira o indivíduo recebe toda a carga de informação sem tentar modificá-la. A outra forma seria a acumulativa, porém dinâmica, podendo reelaborar tudo o que se recebe a partir de uma reorganização de acordo com um entendimento próprio, “[...] cada realidade cultural tem sua lógica interna, qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam” (SANTOS, 1985, p.8).

Em sentido amplo, a cultura incluiria também as várias entidades e instituições criadas para colocar o precedente em prática. O estudo de sistemas de informação e comunicação impõe que se admitam hipóteses de natureza cultural devido aos seguintes motivos:

- a) a cultura é criada por seres humanos;
- b) a cultura fornece a matriz das regras pelas quais utilizamos a linguagem, signos e símbolos não-verbais;
- c) a cultura pode ser categorizada no sentido não-material como possuidora de sistemas éticos, morais ou artísticos que lhe são próprias;
- d) a cultura pode ser categorizada no sentido material de modo a incluir qualquer coisa feita pelo ser humano para qualquer fim (MCGARRY, 1999).

As práticas sociais consideram como lócus de atuação a dimensão espacial, considerada como condição necessária para que elas existam e, simultaneamente, o quadro que as delimita e lhes dá sentido (GOMES, 2002).

A forma como a população visualizaria um espaço dedicado às atividades culturais e como isso está delineado em seu imaginário é especificada por Milanesi (1989, p.71):

Nada é recebido como quem assiste passivamente a um programa de televisão: o conteúdo de manutenção e conservação culturais e o processo de mão única (emissor e receptor) como se conhece. O centro de cultura não é, pois, um local onde os indivíduos se ajustam a determinadas formas e se apaziguam, se conformam, evadindo-se do mundo, acomodando a personalidade e as emoções.

Sob essa perspectiva, embasado numa visão lefebvriana, o espaço não se restringe a se constituir em expressão de suas formas e estrutura material, mas sim caracterizado por seus usos e funções dependendo da ação da vida cotidiana para o estabelecimento de relações sociais novas ou antigas (COLOMBIANO 2007).

O acesso à cultura – cultura pensada não só como memória ou ato criativo espontâneo ou artístico, mas como conhecimento – ou a necessidade de apropriar-se continuamente de suas variáveis e disponibilizar esse acervo à comunidade, é um ato consciente que exige inserção coletiva e política de todos os cidadãos. Assim, exige um ambiente comunitário e político favorável a inserção cultural do indivíduo e grupos [...]. A cultura, tal qual ela é pensada no século XXI, é a experiência que marca a vida humana em busca do conhecimento, do alto aprimoramento, do sentido de pertencimento e da capacidade de trocar simbolicamente (PORTO, 2007, p.169).

Conforme elenca Chauí (1995) a relação entre Estado e cultura tem sido regida por quatro modalidades:

- a) Liberal: cultura ligada às belas artes como privilégio de elites escolarizadas;
- b) Estado autoritário: Estado como produtor da cultura e censor da produção cultural;
- c) Populista: manipulação através da cultura popular entendida como produção cultural do povo;
- d) Neoliberal: identifica evento de massa e cultura privatizando as instituições públicas culturais.

Em oposição a essas modalidades, a referida autora, tece uma teoria mais abrangente sobre cultura e contra os modelos vigentes em que o conceito de cultura vai além das belas artes, tomando o seu sentido antropológico gerado através das relações entre os indivíduos (CHAUÍ, 1995; BOTELHO, 2001; BELING, 2005) que iria contra a visão liberal. No tocante a visão autoritária faz-se necessária a diferenciação entre o estadismo cultural e a dimensão pública da cultura. A populista reduz a

discussão sobre cultura na polaridade entre o popular e o de elite sendo que a discussão vai muito além desse tipo de classificação. Contra a visão neoliberal deve-se enfatizar a ação cultural no lugar dos padrões fixados e definir o papel do poder público em relação aos serviços culturais (bibliotecas entre outros) e no financiamento das produções culturais (CHAUÍ, 1995).

Quando se fala no tocante a produção e incentivo por parte do Estado no quanto à cultura, esbarra-se no direito do cidadão em participar nas decisões da política cultural e de poder intervir nas diretrizes culturais da questão orçamentária com o intuito de garantir o acesso à produção cultural como explica Chauí (2006, p.238):

Trata-se, pois, de uma política cultural definida pela idéia de cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia) mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural.

Entende-se a política cultural, habitualmente, como um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o intuito de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Esse conjunto de iniciativas articuladas por esses agentes visa promover a produção, distribuição e uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e ordenamento do aparelho burocrático por ela responsável (TEIXEIRA COELHO, 1997).

Canclini (1995, p.114) apresenta sua concepção sobre políticas culturais: “As políticas culturais mais democráticas e mais populares não são necessariamente as que oferecem espetáculos e mensagens que cheguem à maioria, mas as que levam em conta a variedade de necessidades e demandas da população”.

E ainda, o referido autor conceitua política cultural como sendo um conjunto de intervenções a cargo do Estado, pelas instituições civis e por grupos organizados

tendo como objetivo orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e assim obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social (CANCLINI, 2005).

A política cultural tem que ser pensada, conforme enfatiza Chauí (1995), como direito social, com ênfase nos seguintes termos:

- a) Direitos de acesso e de fruição de bens culturais através de serviços públicos (dentre eles as bibliotecas) com foco no direito à informação;
- b) Direito à criação cultural como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades que oportunizem aos sujeitos sociais envolvidos se reconhecerem como sujeitos de sua história;
- c) Direito a reconhecer-se como sujeito cultural através da criação de espaços que viabilizem a sociabilidade na geração de produtos culturais;
- d) Direito à participação nas decisões políticas sobre cultura através dos meios legais de acompanhamento e deliberação sobre a política cultural nacional.

A estatização da cultura acaba gerando produtos e serviços controversos, muito aquém de seus objetivos, pois o vínculo entre cultura e desenvolvimento nacional acaba por subordinar os planos culturais a um modelo de desenvolvimento capitalista, disfarçando interesses econômicos em discursos de progresso e desenvolvimento gerando intervenção estatal e industrialização direta sobre a produção cultural e o controle ideológico da população para o consumo de bens culturais, com vistas a legitimar um discurso (CHAUÍ et al, 1985).

Compreende-se política cultural como integrando um conjunto de intervenções realizadas pelo estado, as instituições civis e os grupos comunitarios organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transição social.

Rubim (2011) enumera os passos que delimitam as fronteiras das políticas culturais:

- a) Definição e determinação da noção de política acionada, como momento sempre presente em toda e qualquer política cultural sendo desnecessário assinalar que diferentes modalidades de políticas podem ser incorporadas as políticas culturais;
- b) Definição de cultura intrínseca a qualquer política cultural empreendida, a qual tem profunda incidência sobre a amplitude desta política, toda política cultural traz embutida uma concepção a ser privilegiada de cultura;
- c) Toda política cultural é composta por um conjunto de formulações e de ações desenvolvidas ou a serem implantadas, sendo necessária a investigação das formulações, ações pensadas e realizadas para se compreender as políticas culturais;
- d) Objetivos e metas são componentes fundamentais das políticas culturais e através de seu estudo pode ser explicitada as concepções de mundo que orientam as políticas culturais e as repercussões da intervenção político-cultural na sociedade;
- e) A delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais é outra faceta essencial para o estudo das políticas culturais

Em se tratando de bens culturais, a situação torna-se mais complicada, pois o acesso é praticamente inexistente para quem está distante dos grandes centros urbanos, onde novamente fica evidente a discrepância em ações entre o espaço urbano e o rural.

Após o final da década de setenta e as pressões da sociedade civil reorganizada, esta já lutava pela aplicação de políticas públicas para o regaste da cidadania perdida durante os anos de opressão da ditadura. A questão dos direitos sociais perpassa pela integração de indivíduos, vivendo em comunidade, que estruturados por um conjunto de instituições, exercem seus direitos civis, políticos e sociais. Entre esses direitos, contam-se os direitos culturais, que segundo Constituição Brasileira no seu Art. 15 “[...] o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. (BRASIL, 1988, p.91).

## Conclusão

---



A investigação do tema permitiu perceber que a volatilidade econômica e o dinamismo nas relações sociais são fatores importantes para a compreensão da atual conjuntura política e social e para a discussão sobre Estado e cultura. Isso por que, atua de forma conjunta com demais fatores que acabam por definir e direcionar a atuação social, muitas vezes de forma alienante, alicerçada por visões imperialistas e capitalistas relegando à neutralidade, à atuação dos movimentos sociais e numa compreensão distorcida sobre política pública de cultura.

Compreendeu-se que a base para o desenvolvimento de uma nação reside na necessidade de encontrar a sua identidade como forma de pertencimento e na construção de um caráter próprio. E somente a partir da prioridade cultural – na busca de si mesma – isto se torna possível.

Nesse sentido ficou bem perceptível que o apoio ao bem cultural perpassa pela produção, distribuição, consumo e preservação, tendo nas três primeiras formas, a síntese da ação cultural que pressupõe uma política de Estado.

Nessa direção à falta de articulação entre governo federal, estados e municípios, juntamente com a sociedade civil acabam por dificultar na elaboração e execução de políticas públicas de cultura seja por questões ideológicas, partidárias ou por ineficiência no planejamento de ações.

## Referências

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BELING, Jussara Janning Xavier. Políticas culturais. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n.6-7, p. 79-96, 2004 /2005.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 5 de outubro de 1988. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2008.



CANCLINI, Nestor. **Consumidores e cidadãos: conflitos culturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

CANCLINI, Nestor. Definiciones em transición. In: MATO, D, (Org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Perspectivas latinoamericanas / CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) 2005.

CHAUI, Marilena et al. **Política cultural**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUI, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos avançados**, São Paulo, v.9, n.23, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2012.

COLOMBIANO, Raquel Moniz. **As espacialidades das políticas culturais: a cidade do Rio de Janeiro nos anos 1990 e 2000**. 2007. 168f. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

MILANESI, Luís. **Centro de cultura: forma e função**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

NOGUEIRA, Gisélia Castro Silva. Estetização Política da Cultura Popular e marketing no governo Sarney. In: MARQUES. Francisca Ester de Sá (Org.). **Jornalismo Cultural: da memória ao conhecimento**. São Luís: EDUFMA, 2005. p. 09-28.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a emancipação social. 1985. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/posgraduacoes/programasposcolonialismooseminario/poscolonialismoeminario3.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na reforma do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

**MULHERES QUE TRABALHAM CANTANDO**

(Pesquisando sobre cantos de trabalho das quebradeiras de coco babaçu)

**WOMEM WHO SING WHILE WORKING**

(Researching songs of labour of the *Babaçu* Coconut Breakers)

**Maria Dione Carvalho de Moraes**

Dr<sup>a</sup>. Em Ciências Sociais, com Pós-Doutorado em Sociologia. Prof<sup>a</sup>. Universidade Federal do Piauí-UFPI, Departamento de Ciências Sociais/ Centro de Ciências Humanas e Letras. Programas de Pós-Graduação em que atua, na UFPI: Políticas Públicas-PPGPP; Sociologia-PPGS; Antropologia-PPGAnt. Principais linhas de pesquisa: Ruralidades; Cultura; Identidades; Memória Social, Sertão

**Resumo**

Os cantos de trabalho das Quebradeiras de Coco Babaçu são expressões simbólicas que se atualizam como práticas culturais de um mundo da vida. O repertório desses cantos traz musicalidades de culturas locais e letras que falam tanto do dia-a-dia, nos babaçuais, quanto da luta em defesa de modos de vida, do trabalho da mulher, e do sistema ecológico dos babaçuais. Para além de sua redução a uma expressão folclórica, esses cantos evidenciam tanto a atualidade de práticas ancestrais quanto a sua reinvenção, na atualidade. Neste sentido, são textos culturais passíveis de interpretação pela pesquisa e que interpelam às políticas públicas de cultura.

**Palavras-chave**

Cantos de trabalho. Quebradeiras de Coco Babaçu. Ruralidades

**Abstract**

The songs of labour of the *Babaçu* Coconut Breakers are symbolic expressions that update themselves as cultural practices of a world of life. The repertoire of these songs bring musicalities of local cultures and lyrics that speak both of daily routine, in *babaçu* forests, and of the fight in defense of ways of life, female work, and the ecological system of the *babaçu* forests. In addition to its reduction to a folk expression, these songs are evidence of both the present of ancestral practices and its reinvention, in the present. In this sense, they are cultural texts of likely interpretation by research and that interpellate to the public policies for culture.

**Keywords**

Song of labour. *Babaçu* Coconut Breakers. Ruralities



## Introdução

Do extenso campo da relação entre música e **trabalho**<sup>2</sup> focalizo, neste artigo, fruto de pesquisa em curso, o que disciplinas como antropologia, etnomusicologia, e estudos do folclore, denominam cantos ou cantigas de trabalho. E o faço com relação a ruralidades, no Brasil, ou seja, o foco recai sobre o fenômeno observado entre povos rurais, em uma pesquisa sobre cantos de trabalho das Quebradeiras de Coco Babaçu. Em uma perspectiva socioantropológica aberta a diálogos interdisciplinares, o objetivo é apresentar parte do esforço de sistematização teórica e documental que, por sua vez, compõe a referida pesquisa em cujo método de investigação, até o momento, destaca-se a pesquisa teórica e documental compondo-se de material textual, imagético, e sonoro (LOIZOS, 2004; MAY, 2003; SPINK, 2000).<sup>3</sup>

Cantos de trabalho são expressões musicais que acompanham atividades laborais, com as quais constituem uma tessitura rítmica, sonora, poética, exprimindo a profunda ligação entre arte e vida, indo de estruturas onomatopaicas a mais complexas. Além de expressar a profunda articulação entre movimentos corporais e ritmos laborais, articula movimentos, nos planos material e simbólico, de pessoas e grupos em tarefas coletivas, traduzindo o prazer da convivência no trabalho, remetendo a padrões de sociabilidade. Em muitos lugares e situações, cantos de trabalho entre povos rurais, são processos próximos da religiosidade e da magia, com raízes em fórmulas encantatórias (MORAES, 2015).

---

<sup>2</sup> Na relação entre música e trabalho – a qual extrapola o fenômeno dos cantos de trabalho –, a linguagem musical põe-se como prática humana universal. Esta linguagem é complexa, presente em sociedade antigas e modernas, e pode ser abordada em múltiplas perspectivas. No amplo espectro desta temática, há estudos de linguística aplicada, fonoaudiologia, psicologia, ergologia, dentre outras áreas de conhecimento (MOTTA, 2015).

<sup>3</sup> São fontes bibliográficas, material diverso, impresso e digitalizado, filmes e vídeos, e *compact-disk*. Em termos empíricos, até o momento, contatos com representantes do MIQCB, do Piauí, e com pesquisadoras acadêmicas (Piauí e Maranhão) envolvidas no Projeto Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu.

Torna-se necessário ultrapassar a recolha folclórica desses cantos como expressões musicais com autenticidade intocada ou como algo em processo de desaparecimento. Antropologicamente, tanto há desaparecimentos, quanto (re)ssurgimentos, a exemplo do que se observa dentre as Quebradeiras de Coco. Nesta perspectiva, esta musica vocal, além da dimensão propriamente musical, converte-se em textos culturais que interpelam à pesquisa (MORAES, 2015), no âmbito das ruralidades contemporâneas (WANDERLEY e FAVARETTO, 2013; CARNEIRO, 2012; MORAES e VILELA, 2013).

Isto implica considerar rural como “[...] realidade da sociedade moderna [...] [e que] o predomínio da cultura urbana não implica numa homogeneidade cultural” (WANDERLEY e FAVARETTO, 2013, p. 440). Rural não é um dado mas uma construção no movimento histórico, com recortes espaciais e temporais, ele próprio, uma produção simbólica. Assim, não se trata de buscar o mesmo, o imutável e, não o encontrando, dizer que se perdeu. Trata-se de se perguntar sobre o próprio processo de produção simbólica, buscando apreendê-lo e, aí, interpretar sentidos, permanências, mudanças, desaparecimentos, novidades, reinvenções, rupturas, etc.

Nesta direção, a temática cantos de trabalho entre povos rurais, abre-se a investigações sobre mundos da vida, através do discurso musical do trabalho que se canta. Neste, instrumentos de trabalho marcam a pulsação da musica, enquanto versos, muitas vezes, de improviso, falam de maneiras de conviver, de padrões de sociabilidade, de saberes, crenças, mitos, ritos, etc. Isto lembra o que diz Mário de Andrade quando fala do “poder dinamogênico muito intenso” da música, o qual “fortifica e acentua estados-de alma sabidos de antemão”. (ANDRADE, 1972)

Esse discurso cantado interpela-nos a compreender sentidos e (re)sentidos, inclusive, como parte da construção de identidades políticas e de gênero, caso dos cantos de trabalho das Quebradeiras de Coco dos Estados do Piauí, Maranhão, Tocantins, e Pará que constituem, hoje, cerca de 300.000 mulheres que vivem no ambiente ecológico dos babaçuais, cuja cartografia encontra-se em processo de construção, na perspectiva de mapas situacionais construídos em diálogo entre

pesquisadore/as acadêmicos e as Quebradeiras de Coco cuja representação política dá-se pelo Movimento interestadual das Quebradeiras de Coco-MIQCB e outras entidades locais como associações. O interesse por este canto, em especial, na pesquisa em curso, demarca uma posição epistemológica diferenciada daquela que trata o tema pela ótica do “resgate” de algo em vias de extinção. O pressuposto o da presença e (re)invenção de cantos de trabalho entre povos rurais. E os das quebradeiras de Coco podem ser vistos como um caso exemplar.

### **POVOS RURAIS: para além de corpos funcionais**

Na esteira das linhas mestras de pensamento e de pesquisa socioantropológica no Brasil, demarcadas pelas teorias de campesinato, a temática dos mundos da vida de povos rurais (camponese/as, agricultore/as familiares; quilombolas; caiçaras, comunidades de fundos-de-pasto; seringueiro/as; qubradeiras e coco, dentre outros), em larga medida, foi abordada por temas do mundo do trabalho, com o “corpo do camponês” (FERREIRA, 2008, p. 38) sendo pensado como um corpo funcional. E, como observa Carlos Rodrigues Brandão, seres sociais do campo têm sido estudados, preponderantemente, com mais interesse, como sujeitos economicamente produtivos e culturalmente atrelados a códigos camponeses de parentesco. No entanto, esses povos revestem-se de cores e dançam como registrou Prado (2007), assim como se desvestem de roupas e amam como demonstrado por Ferreira (2008). Nesta direção, entre modos de nascer, viver, morrer, estão os cantos de trabalho em mundos rurais, Brasil afora.

Como observa Moraes (2015), há uma tensão difícil e sem tréguas que opera separando o desejo pessoal de inscrever no corpo certas marcas de individualidade do complicado código cultural, em larga medida, nivelador. Esta tensão é superada, no entanto, por exemplo, em situações como as de ritos dos dias de festa. Mas, onde só parece haver funcionalidade, o corpo camponês expressa-se, também, na poética

do canto de trabalho, na conjugação entre serviço e arte, em situações de vivência laboral “entre limites muito estreitos de necessidade, interesse, solidariedade, concorrência, conflito e festa” (BRANDÃO, 1995). Na verdadeira festa de convivência que se realiza, muitas vezes como trabalho, ou de obrigações recíproca de trabalho solidário vividas com e como festa o que, diz Brandão (1995), é mais ou menos a mesma coisa. Daí as limitações da perspectiva do corpo funcional. Desta hexis corporal fazem parte outras inscrições na matriz geradora de práticas, no *habitus*, no sentido de Bourdieu (1998). Cantos de trabalho podem ser lidos como expressões desse *habitus*, como sinais visíveis manifestações que acabam por sedimentar um sistema de símbolos e signos de distinção que assume formas explícitas em torno de gostos, valores e julgamentos.

Estas expressões musicais acompanham atividades de trabalho urbanos e rurais, com a qual constituem uma tessitura rítmica, sonora, poética, indo de expressões primárias e simples, onomatopaicas, com interjeições de estímulo e reforço, a expressões mais complexas. Luiz da Câmara Cascudo as define como “cantiga de trabalho. Com melodia do próprio cantador, fala de seu trabalho ou anuncia um produto em forma de pregão” (CASCUDO, 2001), como entre vendedores de ruas, feiras, praias. Entre povos rurais, marcam ritmos de trabalho, unificando o trabalho coletivo e mitigando a extenuação das longas jornadas pelas solidariedades entre trabalhadore/as, como em regime de mutirões, adjuntos ou adjutórios, traíções, batalhões, escambos, que nomes tenham esse trabalho coletivo, a depender dos lugares. São situações em que um grupo se reúne, na base da economia da reciprocidade, do dom, para realizar alguma tarefa cansativa e difícil para uma única pessoa: roçados, farinhadas, telhados, etc. Sua análise permite a apreensão de práticas culturais e linguagens (inclusive, sonoras) específicas de diferentes grupos e situações sociais (MORAES, 2015).

Exemplo conhecido, sobretudo nas regiões pastoris, é o aboio de gado, canto, em geral, monocórdio, sem palavras. Tipos menos conhecidos são os aboios de roça, com letra, cantado, via de regra, em dueto, assemelhando-se a um desafio com

versos entremeados de prolongados "oi, ai, olá", com o objetivo de excitar para maior produção de trabalho. Mas mesmo o aboio de gado comporta variações, com o improviso de versos, no “aboio cantado”, modalidade que tem projetado cantadores à cena musical com projeção midiática. Mas, em sua “paixão de falar com o gado”, como diz um vaqueiro aboiador, busca-se o sucesso no ofício o que nem sempre guarda correspondência necessária com sucesso na cena artística. É comum que para tanto apeguem-se a almas de vaqueiros *antigos*.<sup>4</sup>

As variadas formas de cantos de trabalho nos mundos rurais do Brasil, de norte a sul, guardam características que se relacionam ao limiar entre natureza, afazeres domésticos, trabalho braçal, cooperação, reciprocidade, religiosidade, magia, musicalidade, no âmbito da atividade que se desenvolve. Suas origens podem ser encontradas na fusão de cantos de povos indígenas diversos, de povos africanos que vieram escravizados, e de povos *européus*.<sup>5</sup>

### **Cantos de trabalho e seus registros no Brasil**

Como observa Ana Raquel Motta, no Brasil, situações subjacentes aos cantos de trabalho refletem-se na música erudita. Muitos desses cantos foram recolhidos/ambientados por maestros e pesquisadore/as a exemplo de *Vila-Lobos*<sup>6</sup> assim como têm motivos referidos na música de compositores populares como

<sup>4</sup> Lembrando violeiros que, nos interiores do Brasil, realizam pactos com o diabo.

<sup>5</sup> Há uma densa pesquisa antropológica sobre cantos de trabalho rural, em Portugal, nos filmes etnográficos de Michel Giacometti. Na França, em Toulon, em 1815, o clássico exemplo da “Gangue da corrente” com seu canto de prisioneiros, trabalhando sob o sol, na peça “Les Misérables” de Victor Hugo (1802-1886). Da Espanha, o “canto das labradoras” camponesas na colheita ao passo das mulas, cantando, acompanhando o ritmo dos animais. Nos EUA, cantos de trabalho de povos africanos escravizados – e cantos de lamentos, que rememoram a família e os filhos que esperam o retorno – especialmente no sul, nas colheitas de algodão, estão na origem do *blues*, em cuja esteira vai-se do *jazz* ao *rock*.

<sup>6</sup> Villa-Lobos percorreu o Brasil, de 1905 a 1923, ouvindo canções, cirandas, aboios, danças e repentes. Muitas dessas expressões comporiam seu manual – o Guia Prático – dedicado ao ensino da música nas escolas (BRAZIL, 2007). A partir da recolha/ambientação de cantos populares, compôs obras como a cantiga “Aboios” ou, ainda, como o “Canto do Pagé”, homenageando a região Norte do Brasil, com referência à música indígena com seu apelo mágico e sentido religioso, mesclada com fragmentos de ritmos da música popular espanhola. Em “A Sanfona”, homenageia a região Sudeste, com a plantação de café; em “As costureiras”, a região Sul,



Dorival Caymmi<sup>7</sup>. Na atualidade, há musicistas com trabalhos artísticos a partir de recolhas/ambientações de cantos de trabalho pelo interior do Brasil, inspirados ou não em Villa-Lobos que, com apoio do Estado Novo, nos anos de 1930-1945, desenvolveu projeto educacional com destaque para o Canto Orfeônico, com a compilação do guia prático, com temas populares *harmonizados*.<sup>8</sup>

O registro de cantos de trabalho, no Brasil, muito deve a Mário de Andrade que percorreu diversas regiões na década de 1920, registrando “canções de ofício” na forma de cantos de trabalho de profissionais da usina, remeiros, lavradores, pescadores, boiadeiros, marceneiros, ferreiros, costureiras, rendeiras, carregadores de piano e, mesmo, trabalhos de crianças no jardim da infância, de adolescentes e jovens estudantes. Na mesma década, Aires da Mata Machado Filho, em 1928, recolhe em São João da Chapada, município de Diamantina-MG, cantigas em língua africana ouvidas outrora nos serviços de mineração. Este autor autorizou ao Estúdio Eldorado a gravação por Clementina de Jesus, Tia Doca, e Geraldo Filme, em disco lançado em 1982, pela Eldorado, de quatorze das 65 partituras registradas,

Clementina de Jesus, em 1976, já gravara o disco *Cinco cantos de Trabalho* com músicas de Milton Nascimento, Fernando Brant e Cartola, além de arranjos feitos a partir de músicas recolhidas de domínio público. Canções como *Os escravos de Jó* (Milton Nascimento-Fernando Brant); *Alegria do carreiro* (Folclore-Arranjos adaptação Clementina de Jesus); *Ensaboa* (Cartola) *Peixeira Catita*; *Atividade no Abano*. Concordo com Sá e Silva (2012) que, com Clementina, tem-se uma voz/autora, embora transitando do plano físico do corpo e do plano sociocultural para o plano da canção brasileira contemporânea, no âmbito da indústria cultural e de

---

referenciando as rendeiras da região, mulheres catarinenses que trabalham em grupo, cantando as “Cantigas de Ratoeira”, espécie de fandango de roda

<sup>7</sup> Que em *Suíte do Pescador* homenageia ampla tradição da região Nordeste onde se registram múltiplas cantigas de trabalho de cangaceiros, jangadeiros, trabalhadores de cana-de-açúcar, colheitadore/as, quebradora/es de cocos dentre outros.

<sup>8</sup> Sua coleção “Canto Orfeônico” em uma exaltação nacionalista às representações sociais do trabalho, inclui profissões rurais e urbanas, no âmbito da ideologia do regime varguista, com base em ofícios mais ligados à agropecuária e outras atividades tidas como de “conteúdos regionais e folclóricos”. (BRAZIL. 2007).



entretenimento, via meios midiáticos.

Há também registros imagéticos. Humberto Mauro, cineasta, produziu curtametragens, de 1945 a 1955, com 7 filmes compondo a série *Brasilianas*, retratando o mundo folclórico e regionalista da zona rural. O curta sobre *Cantos de Trabalho - Cultura Folclórica Brasileira* de 1945, registra cantos de pilão, de canoieiros, e de trabalhadores em pedreiras. São imagens da prática de socar o pilão, de socar a terra para a construção de açudes, com o ritmo da batida do socador acompanhando a melodia entoada, e de canto de trabalho em pedreiras, com homens quebrando, cortando e carregando pedras.

Nos anos 1970, o cineasta Leon Hirszman, em 1975-76, realizou três documentários sobre a prática de trabalho cantado em *Cantos de Trabalho – Cana-de-Açúcar*, em Feira de Santana-BA, *Cantos de trabalho- Cacau*, em Itabuna-BA e *Cantos de Trabalho – Mutirão* (capina de roçado de milho e tapume de casa, por homens), em *Chã Preta* -AL. Esta obra, com narração do poeta Ferreira Gullar, registra a expressão cultural das canções de trabalhadore/as no interior do Brasil.

Mais recentemente, observam-se trabalhos de pesquisas etnográficas, etnomusicólogas, além de musicistas com trabalhos artísticos baseados no canto popular. A pesquisa etnográfica de Carlos Rodrigues Brandão, sobre o *Brão*, a partir de vivências e investigações na região do Alto Paraíba e, nela, em São Luís do Paraitinga, em Catuçaba e bairros rurais vizinhos, foi realizada de 1979 a 1986 (BRANDÃO, 1995). O brão tem estrutura simples: à moda de “duplas sertanejas”, é sempre cantado por duas pessoas, em duas vozes, “primeira” e “segunda”, entoando saudações nos momentos de chegada, durante o almoço e o jantar, e na “hora da despedida”. O “dono” do serviço une-se a um outro e responde. Durante o trabalho “da bateção”, as duplas combinam o que irão entoar, por cerca de uns trinta segundos. A “graça do brão” é o diálogo entre duplas que ele instaura, como uma conversa múltipla e cantada durante a jornada do trabalho em mutirão. É a sociabilidade do trabalho em festa.

Pesquisas de musicistas têm resultado em trabalhos como o da Cia. Cabelo de

Maria que produziu o álbum *Cantos de Trabalho*, com base em pesquisas da musicista Renata Mattar. São registros de cantos de trabalho de diversas partes do Brasil: destaladeiras de fumo de Arapiraca-AL; descascadeiras de mandioca de Porto Real do Colégio-AL; plantadeiras de arroz de Propriá-SE; farinhada da comunidade de Barrocas-BA. Práticas culturais repassadas intergeracionalmente. São cantos interpretados por Ceumar, Renata Mattar, Lucilene Silva e as próprias destaladeiras de fumo de Arapiraca.

Também programas de televisão, jornalísticos ou especiais, têm voltado sua atenção, a exemplo do *Programa Globo Rural*, sobre aboios; *Programa Paratodos* da TV Brasil, apresentando o Canto das Fiandeiras, de Sagarana, em Arinos-MG, exibido em 28 de junho de 2013. Um registro de situações diferenciadas foi produzido pela TV Educativa do Estado da Bahia, intitulado: *Bahia Singular e Plural*, com o contributo de pesquisa etnomusicóloga. O documentário mostra a Bahia como um grande repositório de cantos de trabalho de povos rurais, apresentando mutirões, "adjuntos" ou "batalhões", em atividades agrícolas, construção de casas, abertura de estradas, etc., registrando cantos dos batalhões para roçada, plantio, e colheita de cereais, conhecidas como "bois-de-roça", e cantorias de chulas e batuques, com improvisos de novos versos, além dos cantos das "batas" de feijão e de milho, cujo ritmo é marcado pelo som dos porretes de madeira usados para descascar o feijão e descaroçar. Há ainda cantos para colher e pilar café; em casas de farinha; cantigas de roda cantadas por lavadeiras, aboios livres e aboios cantados em versos. As gravações foram realizadas nos municípios de Valença, Utinga, Morro do Chapéu, Araci, Santa Bárbara, Serrinha, Conceição do Coité, Amargosa e Uauá.

Há, ainda, registros esparsos, de autores diversos, postados na *internet*, via *You Tube*, a exemplo do vídeo, postado em fevereiro de 2013, intitulado *Cantiga de Roça - Paulista* sobre a tradição do escambo conhecido como "Paulista" na comunidade rural de Santa Cruz de Alves, em Congonhas do Norte-MG. Ali, um grupo de compadres e amigos resolveu homenagear antepassados e reviver valores pouco esquecidos como a troca de serviços entre pessoas, com mão de obra feita

exclusivamente entre amigos que trocavam dias de serviço. Característica marcante é o "canto de roça", louvação aos santos pela saúde da plantação, em forma de lamento, cuja fé é comum entre as pessoas que formavam "ternos" para a capina. Após, faziam o cumprimento das enxadas e em seguida almoçavam a comida feitas pelas mulheres. Também o postado por Olivio Cerqueira, em 16 de junho de 2009, sobre *Canto de trabalho na Comunidade Quilombola Buriti do Meio* de Brasília de Minas-MG.

O SESC tem realizado projetos videográficos e literários sobre cantos de trabalho, a exemplo do documentário *Lavadeiras do Jequitinhonha - Projeto Cantos de Trabalho*, feito para o SESC/TV, sobre o Coral das Lavadeiras de Almenara, grupo de 36 lavadeiras do qual nove cantam, com produção musical de Carlos Farias. O grupo, "Encantadeiras", realiza turnê em 2015/2016, pelo Projeto Sonora Brasil, do SESC em sua 18ª edição, pelo país, com os temas *Sonoros Ofícios - Cantos de Trabalho*<sup>9</sup>. Em 2015, na *Terceira Mostra Sonora: Sonoros ofícios*, dentre outras expressões de cantos populares, há uma amostra do canto de Quebradeiras de Coco de Babaçu.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário realizou o Projeto *Sons e Imagens da Terra - Cantos de Trabalho no Brasil*, de 2004 a maio de 2005, resultando em um livro, um vídeo e um CD. Para tanto, pesquisadores percorreram 17 comunidades de Alagoas, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.<sup>10</sup> No Maranhão, o projeto registrou cantos de trabalho de Quebradeiras de Coco.

Essas iniciativas contribuem para evidenciar os desafios que as expressões culturais dos cantos de trabalho apresentam às políticas públicas de cultura, aqui entendidas como supondo princípios, meios e fins norteadores da ação, na esfera

---

<sup>9</sup> Em 2015, pelos estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste e, em 2016 pelos estados das regiões Sul e Sudeste

<sup>10</sup> Segundo o MDA, o projeto objetivava "registrar a expressão musical dos trabalhadores brasileiros" (MOTTA, 2015, p. 102).

pública, assim como a busca de legitimidade, na arena de possibilidades estratégicas referentes à produção e circulação de **bens simbólicos**.<sup>11</sup>

### **Cantos de trabalho das Quebradeiras de Coco Babaçu: um objeto de estudo**

No universo das Quebradeiras de Coco Babaçu, cantos de trabalho são experiências que, desde a infância, embalam/impregnam o mundo, sobretudo, de quem acompanhava mães, avós, tias, e afins, nas caminhadas para os babaçuais e no trabalho da quebra do coco. Assim, atuais quebradeiras de coco incorporam ritmos, sons, letras, aprendidas desde quando como “[...] criança participava ativamente no trabalho da agricultura na zona rural em diversas regiões do país. O repertório narrava fatos do cotidiano ou aludiam ao universo infantil através de cantigas de roda”. (SESC, 2015, p. 4). Quebrar coco é um trabalho que se canta ao ritmo das batidas dos instrumentos de trabalho (porretes ou machados).

Por seu turno, o repertório atual é uma amostra viva de que cantos de trabalho não são apenas expressão folclórica a ser “preservada”. Esse repertório resulta da inventividade das próprias mulheres, trazendo letras relacionadas à luta política em defesa do trabalho das quebradeiras de coco, e do babaçu livre. Essas mulheres atuam politicamente por meio do MIQCB. Como observa Ana Raquel Motta em sua análise de material videográfico do referido Projeto *Sons e Imagens da Terra - Cantos de Trabalho no Brasil*, “[...] no filme, por vezes as mulheres cantam cantos de trabalho tradicionais, por vezes cantam canções de cunho mais político, relativas à conscientização trabalhista” (MOTTA, 2015, 105). Elas cantam tanto temas do cotidiano da vida e do trabalho quanto da luta política pela valorização do seu trabalho, pelo acesso aos babaçuais, e pela sua preservação. “São cânticos que

---

<sup>11</sup> “Princípios, meios, e fins, definem-se processualmente, em análises de situações, e se expressam em formulações/proposições da administração pública, organizações não-governamentais, e empresas privadas. Implicam organização para gestão de meios disponíveis à execução de objetivos, em um campo de embates ideacionais e institucionais, demarcado por relações de poder” (MORAES, 2014, p. 2)

refletem uma postura crítica e questionadora diante das condições de vida das trabalhadoras e suas famílias, que são entoados com voz firme e marcados pelo ritmo das ferramentas usadas na quebra: o machado e o porrete” (SESC, 2015, p. 4).

Nesta recriação de uma tradição de trabalho, com utilização de uma prática (quebrar côco) e um gênero musical (xote, côco...) tradicionais, as cantigas vão daquelas com letras do tipo “... quebra coco, nega, eu não, eu não! Quebra coco nega, eu tô quebrando. A palmeira, de sabida, botou o cacho nas alturas. Ela pensa que eu não sei quando o coco está maduro. Quebra coco nega...”, a outras com temas da luta política no âmbito MIQCB, com letras do tipo: “ Hei, não derrube esta palmeira! Hei não devore os palmeirais. Tu já sabes que não podes derrubar precisamos preservar as riquezas naturais...”. Este é o refrão do “Xote das quebradeiras de coco”, cantado no II Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, em 1993.<sup>12</sup>

O cotidiano do trabalho e a luta política apresentam-se estreitamente imbricados o que se revela em muitas das letras com um tom de organização política, trabalhista, um apelo à união e à luta, em sua dupla função de evento participatório e de evento apresentacional: “[...] como evento participatório quando cantada nas atividades de trabalho, relembra as trabalhadoras sobre seus compromissos com as necessidades e direitos do coletivo; como evento apresentacional quando cantada para o público externo, mostra o lema e propaga a imagem dessas mulheres como fortes e organizadas” (MOTTA, 2015, p. 107). Para Motta (2015) a análise de imagens videográficas de Quebradeiras de Coco em Imperatriz-MA revela que estas mulheres recriam uma tradição de trabalho em sua luta política. Mais que isso, eu diria, essas mulheres recriam-se no processo mesmo de recriação dos cantos de trabalho, inclusive, ampliando sua voz lançando seu canto como evento apresentacional.

---

<sup>12</sup> Com base nos Arquivos da ASSEMA: Músicas Cantadas no II Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, 1993. (RÊGO e ANDRADE, 2006).

É o caso do grupo *Encantadeiras*, criado em 2004 com apoio do MIQCB e da Assema, constituído de oitos mulheres, uma expressão estético-política desse modo de viver e da luta dessas mulheres. Conforme SESC (2015), em sua composição há representantes dos seis estados onde o MIQCB possui representação. São elas: Dora, Moça e Silena, de Lago do Junco-MA; Nice, de Penalva-MA; Dijé, de São Luís Gonzaga-MA; Iracema, de São Domingos do Araguaia-PA; Francisca Lera, de Esperantina-PI; e Nonata, de São Miguel-TO. São 13 canções revelando uma expressão cultural de cerca de 30.000 mulheres que trabalham quebrando coco e produzindo produtos derivados (óleo, sabonetes, farinha, cremes, etc). Desde 2004, os cantos das “Encantadeiras” ecoa mundo afora.

### **Considerações finais**

Os cantos de trabalho das Quebradeiras de Coco Babaçu atualizam-se como expressão cultural de um mundo da vida. Nesta perspectiva, o repertório desses cantos trazem musicalidades da cultura local e letras que falam do dia-a-dia, nos babaçuais, cada vez mais imbricado com os sentidos construídos na luta em defesa de modos de vida, e do sistema ecológico dos babaçuais. Este sistema é atingido pela investida do agronegócio através de grandes projetos que degradam o ambiente natural, inviabilizando a reprodução de sistemas de vida humana, animal, vegetal, e demais seres e forças que se relacionam em complexas cosmologias que a racionalidade planificadora do sistema agroindustrial capitalista não suporta pois não aceita rugosidades em sua planura paradigmática.

Assim, para além de pensar essas mulheres como corpos funcionais no mundo do trabalho, propus um outro olhar, lembrando com Paul Zumthor que o canto é prática significativa privilegiada “para tocar em nós o cordão umbilical do sujeito, onde se articula nos poderes naturais a simbologia de uma cultura”. (ZUMTHOR, 1997, p. 188).

## Referências

ANDRADE, M. **Ensaio sobre a música brasileira**. São Paulo: Vila Rica; Brasília: INL, 1972.

BOURDIEU P. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: Sérgio Miceli, (org.) **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva; 1998, pp. 183-202.

BRANDÃO, C. R. **A partilha da vida**. São Paulo: GEIC/Cabral, 1995.

BRAZIL, D. As canções de Villa-Lobos. **Revista Música Brasileira**. 20/08/2007. Disponível em: <http://www.revistamusicabrasileira.com.br/especial/cancoes-de-villa-lobos>

CARNEIRO, M. J. (org.). **Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global, 2001

FERREIRA, P. R. **Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas**. São Paulo, Editora Hucitec/Fapesp, 2008.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 137-155.

MAY, T. **Pesquisa social** – questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MIQCB. Encantadeiras no III FestiSESI – “O trabalhador e a cultura Popular”. **Pindova**. Informativo Bimestral do MIQCB. Ano III, n. 8. Jan./Fev./2007.

MORAES, M. D. C. Para além de um corpo funcional: cantos de trabalho no Brasil rural. Palestra proferida na **I Semana da Música Vocal**. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros-MG, 8 a 12 de setembro de 2014, 10 p.

MORAES, M. D. C.; VILELA, S. L Trilhas de um debate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 1, art. 4, pp. 59-85, Jan./Mar. 2013.

MOTTA, A. R. O papel da música nas atividades de trabalho. **Bakhtiniana**, São Paulo, 10 (2). Maio/Ago. 2015, pp. 90-114.



PRADO, R. **Todo ano tem**. As festas na estrutura social camponesa. São Luis: EdUFMA, 2007.

REGO, J. L.; ANDRADE, M. P. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão. **Agrária**, São Paulo, N° 3, pp. 47-57, 2006.

SÁ, J. B.; SILVA, C. A. S. Clementina de Jesus: a autoria pela voz midiaticizada e performática através do canto. **Revista Querubim**, ano 8 out./2012. <http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/>

SPINK, P. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, M. J (org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**. São Paulo: Cortez Editora, 2000, pp. 123-151.

WANDERLEY, M. N. B; FAVARETTO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (org). **Concepções da ruralidade contemporânea: singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013.

ZUMTHOR, P. **A poesia oral**. São Paulo, HUCITEC, 1997.

## FILMES E VÍDEOS

**Cantiga de roça “Paulista”**. Clovis Oliveira. <https://www.youtube.com/watch?v=GGRPAXjAswc>

**Cantos de Trabalho - Bahia Singular e Plural**. TVE/Bahia. [s/d]. <https://www.youtube.com/watch?v=OoAoVe3RlzY>

**Cantos de trabalho**. Cia. Cabelo de Maria. [s/d]. [https://www.youtube.com/watch?v=\\_oeOYmNTEeY](https://www.youtube.com/watch?v=_oeOYmNTEeY)

**Cantos de Trabalho**. Cultura Folclórica Brasileira. Direção: Humberto Mauro. 1945 (Filme documentário) Disponível em: <https://www.youtube.com/>

**Globo Rural sobre Aboios**. Rede Globo, 1998. <https://www.youtube.com/watch?v=l2i3sw5fUxM>

**Grupo canto de capina e batuque na comunidade quilombola de Buriti do Meio**. Jose dos Passos. 16/02/2013. <https://www.youtube.com/watch?v=TgrITJ7kjZQ>

**Lavadeiras do Jequitinhonha - Projeto Cantos de Trabalho**. SESCTV, 2008. <https://www.youtube.com/watch?v=X5qxLbtbCg4>

**Sonoros Ofícios - Cantos de Trabalho**. Quebradeiras de Coco Babaçu. 2015. <http://www.sesc.com.br/portal/site/sonorabrasil/2015/#4thPage/4>

**Sons e imagens da terra**. Cantos de trabalho no Brasil. Making off. MDA/NEAD. BEI Editora, 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jH3Rje3E6VQ>

**Tradição do canto das Fiandeiras se mantém em MG**. Programa Paratodos TV Brasil. 2013. <https://www.youtube.com/watch?v=2QBg191MEpo>





**EM OUTROS TIMBRES:** delimitação e classificação das bandas juvenis teresinenses, quanto ao gênero, organização e estilo musical.

**IN OTHER SOUNDS:** designation and classification of juvenile teresinenses bands, according to gender, organization and musical style.

**Nayra Danyelle Batista da Silva**

Graduanda 8º período do curso de Bacharelado em Serviço Social, pela Universidade Federal do Piauí

**Lila Cristina Xavier Luz**

Doutora em Serviço Social pela PUCSP e professora no curso de Serviço Social.

### **Resumo**

O presente trabalho tem como intuito estudar a juventude, no sentido de entender as formas de organização coletiva dos mesmos. O foco da pesquisa está na formação de bandas juvenis. Com objetivo de delimitar as principais características dessas bandas, quanto ao gênero, à forma de organização e ao estilo que muitas vezes trazem consigo marcas da regionalidade, das condições de vida dos integrantes das bandas. E de muitas outras questões. Estudar os jovens a partir desse viés é uma forma de dar credibilidade às tentativas de criação do espaço de lazer e cultura. Deste modo, compreender a formação de bandas juvenis pode ser uma forma de se repensar políticas públicas de incentivo para os jovens.

### **Palavras-chave**

Políticas. Jovens. Bandas.

### **Abstract**

This work has the intention to study the youth, to understand the forms of collective organization of the same. The research focus is on the training of young bands. In order to define the main characteristics of these bands, the gender, form of organization and style that can also bring trademarks of regionality, the living conditions of the members of the bands. And many other questions. Studying young people left this bias is a way to give credibility to attempts to create the space for leisure and culture. Thus, understanding the formation of youth gangs may be a way to rethink public policy incentive for young people.

### **Keywords**

Policies. Young. Bands.



## Iniciando a apresentação

As reflexões aqui desenvolvidas fazem parte da pesquisa “Bandas juvenis teresinenses como espaços de sociabilidades”, que teve dentre seus objetivos: “Delinear os discursos, práticas, vivências e experiências dos jovens por meio das bandas musicais; Identificar a lógica que permeia a banda musical como alternativa ou não de trabalho e lazer da cidade e Analisar os princípios éticos, culturais, artísticos, comunitários, construídos por meio das bandas”.

Também fundamentaram estas reflexões o relatório da pesquisa “Em outros timbres: delimitação e classificação das bandas juvenis teresinenses, quanto ao gênero, organização e estilo musical”, que teve como um dos objetivos: “Mapear as bandas juvenis teresinenses, enquanto forma de organização, composição e estilo musical”. Para elaborar esta comunicação recorreremos às informações já existentes na pesquisa como um todo, em razão da relevância dessas informações, para conhecimento da realidade juvenil em Teresina, sobretudo no que refere a sua dimensão artística cultural.

Esta comunicação pretende evidenciar como os jovens ao organizarem suas bandas e produções musicais, criam sociabilidades em torno da música. Trata-se então, de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio da observação a espaços de encontros das bandas para ensaios e apresentação, bem como do recolhimento de entrevistas individual e grupal e do registro fotográfico.

O trabalho de campo foi realizado durante o período de Janeiro a Agosto de 2014. Em várias etapas e em diferentes momentos reunimo-nos com bandas em seus locais de ensaio para realizar as entrevistas e para acompanhar os ensaios. Também estivemos em apresentações dessas bandas cidade afora, momentos em que não apenas as assistimos, mas também observamos o modo como organizavam o trabalho antes e após as apresentações. Do nosso ponto de vista, a observação foi importante para potencializar certa familiaridade com o universo das bandas musicais juvenis como espaço de criação, mas também de trocas, de amizades, opiniões e atitudes.

Por meio da observação acompanhamos essas bandas pudemos apreciar seus modos de criação, as relações entre seus componentes e desses com a cidade. Portanto, nessa fase consubstanciamos relações com membros das bandas, conversamos sobre suas rotinas de trabalho e dificuldades. Tudo isso serviu de base para a formulação das perguntas a serem postas aos jovens e suas “bandas” durante as entrevistas. E esses enquanto os sujeitos significativos foram abordados individualmente e em grupo.

As mídias sociais também foram os meios de contatos com as bandas. Nesse caso, o facebook, por exemplo, constituiu-se um importante meio de comunicação com a maioria das bandas, em razão de esse ser um meio de contato das mesmas com o público.

Desse universo fazem parte nove bandas, quais sejam: “Validuaté”, “Eufrásia”, “Regaplanta”, “V-road”, “Osthepeinchado”, “Wake up, Killer” “Irmandade”, “Reação do Gueto” e “Crucify”. A primeira entrevista ocorreu como forma de divulgar o projeto, um evento foi organizado para esse fim, chamado “Praçando o Som”. A atividade foi organizada para apresentação das bandas envolvidas no projeto, assim, o ambiente foi meticulosamente escolhido: a Praça de Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras. Esse espaço é geralmente associado à “vinhadas” e utilizado para realização de eventos de natureza política e cultural, organizado por estudantes, por professores e pelos dirigentes da universidade.

As entrevistas foram organizadas com perguntas abertas, pois assim acreditávamos ser mais favorável para os sujeitos expressarem acerca de suas experiências nas bandas, portanto, entendíamos ser esse um modo de recolher informações que possibilitava uma melhor apreensão sobre suas práticas. Com algumas bandas realizamos entrevista com todos os membros, com outras conseguimos fazer apenas com parte deles. No entanto, em geral, por serem entrevistas com mais de uma pessoa, identificamos certa sinergia emergente da própria interação coletiva, o que não se alcança entrevistando individualmente cada

membro de um grupo (GASKELL, 2002). Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas observando-se estritamente a linguagem adotada pelos sujeitos. Durante as mesmas, quando autorizado pelos sujeitos, registramos algumas imagens.

Para fundamentar a discussão acerca das temáticas relacionadas ao universo juvenil, alguns autores serviram de suporte para as reflexões aqui desenvolvidas, dentre os quais destacamos Abramo (1997); Pais (1993 e 2001); Carrano (2003); Araújo (2004); Silva (2007), por trabalharem uma concepção de juventudes, buscando apreender e explicar suas diversidades.

Na maioria desses estudos o debate acerca do viés das culturas juvenis é privilegiado, permitindo uma maior compreensão em relação às manifestações artístico-culturais. Assim, algumas práticas dos grupos juvenis que protagonizam essas manifestações são valorizadas como espaços de agregação e sociabilidade juvenil. Nesse sentido, esses espaços são tomados como objetos de investigação, por desenvolverem atividades que permitem afirmações de identidades ético-raciais, de classe, de gênero e geracional. As reflexões acerca dos punks e darks em São Paulo, do funk carioca e sobre as diferentes manifestações de grupos de hip hop Brasil afora, são esforços empreendidos no sentido de compreender esses espaços como de sociabilidades juvenis.

As reflexões acerca dessas manifestações muitas vezes têm como referência os grupos juvenis organizados em torno de bandas musicais, por essa razão, é importante destacar que delimitar e entender a formação de bandas vai além de definir sua composição em relação ao número de integrantes ou estilo musical. Existem particularidades que permeiam as identidades coletivas adquiridas em torno da formação de uma banda, por isso é importante entender as motivações que levam jovens a se unir em torno de uma banda.

Segundo José Machado Pais:

A banda é constituída por <<eus>> que individualizam a sua pertença à banda através do papel que nela desempenham (vocalista, viola-baixo, viola-ritmo, etc.); mas a banda remete também para um <<nós>> (nós, os da banda) que entra em concorrência com outras bandas no mercado da

competição musical, através do ritual da performance, a música possibilita a criação de identidades coletivas. (PAIS, 2004, p. 50)

Partindo dessa reflexão a delimitação das bandas quanto ao gênero, composição e estilo musical constituem-se elemento que podem contribuir para reflexões abrangentes sobre as formas de organização dos jovens nos espaços das bandas. Deste modo, a pesquisa pode evidenciar, a partir do estilo da banda, os valores culturais, as influências que permitiram aos jovens se organizarem nessas bandas, entre outras questões.

### **Os jovens nas bandas e as relações com a música**

Do universo das bandas participaram aproximadamente quarenta e seis jovens, a grande maioria do sexo masculino, visto apenas três integrantes serem do sexo feminino. A idade dos integrantes variou entre 21 e 31 anos de idade. Com predominância para os solteiros e a maioria residentes da Zona Sul de Teresina, morando com pelo menos com um membro da família. Também identificamos aqueles que moram com amigos.

Em sua maioria, os membros das bandas já são formados ou trabalham, todavia, sete ainda são estudantes de nível superior, os quais frequentam os mais diferentes cursos, entre esses: Moda, História, Letras e Gastronomia. Em relação ao trabalho, poucos foram aqueles que afirmaram trabalhar exclusivamente com música, ou seja, apenas um total de cinco.

Em sua singularidade, os entrevistados já participaram de pelo menos uma banda anteriormente àquela em que participavam quando foram entrevistados por nós. Nesse sentido, encontramos jovens que estão no seu sexto ingresso em algum grupo musical. São várias as razões apontadas por eles para esse trânsito de uma banda para outra, dentre as quais a falta de possibilidades para manter a banda ou novas possibilidades em outra banda.



Também encontramos jovens que participam ao mesmo tempo de mais de uma banda. Essa participação ora é mais intensa em uma banda, ora em outra. Às vezes a participação é apenas para “ajudar” a banda que está sem um dos membros necessário ao funcionamento da mesma. Assim, a inserção do jovem nessa outra banda pode ocorrer por ter esse certo conhecimento sobre um instrumento ou por ter uma fama favorável para impulsioná-la. Portanto, de certa forma, tal inserção ocorre para atender uma necessidade do grupo, fato que expressa solidariedade entre os jovens.

Entre os jovens por nós entrevistados, sobretudo aqueles que exercem “atividades concretas” também identificamos *retroalimentação, coagência e processo de mútua irrigação* entre atividades concretas e atividades criativas, como se suas subjetividades fossem nutridas por meio da realização de ambas.

Identificamos também entre os jovens entrevistados aqueles que, além de participarem da banda, realizam trabalhos educativos utilizando a música como instrumento para se aproximarem das pessoas. Nessa dimensão educativa, há os que ministram aula de música e outros que desenvolvem projeto educativo voluntário, de cunho religioso, voltados a pessoas que estão na rua, denominados por eles como sendo uma “igreja de rua”.

Mesmo diante de todas as dificuldades de viver da música, indagamos acerca das motivações que os levaram ao universo musical. Nesse sentido, várias foram as influências, todavia, o fato de terem familiares envolvidos com atividades musicais é uma determinação muito forte para a relação dos jovens com a banda. Nesse sentido, algumas respostas foram: “Familiares e Amigos”, “A audição de discos de vinil da coleção da minha avó”. E mais: “Minha mãe tocava. Um tio meu me deu um violão, aí eu comecei a andar na casa do Caio, criança ainda, aí lá a gente tocava.”. Também a relação com o universo musical é visto por alguns jovens entrevistados, como: “Vontade de ter liberdade”, “Meu eu interior”, por isso começar a tocar sozinho foi uma alternativa citada por alguns entrevistados.

## Lugares onde os jovens fazem músicas em Teresina

A noção de territorialidade como o lugar onde ocorre a produção musical das bandas, evidenciou-se como de grande importância em nossas observações, em razão de ser esse o espaço de encontro da banda, de trocas e de sociabilidades entre os jovens.

Vale ressaltar que nem todas as entrevistas foram realizadas nos estúdios ou nos lugares de ensaio, pois algumas bandas não têm condições de alugar estúdios para realizar seus ensaios. Assim, fica evidente que para criar música não é preciso um estúdio. O processo de criação das músicas ocorre de forma espontânea, como fruto da “carrera do dia-a-dia”, ou de outra inspiração qualquer.

Agora, para se criar música, no sentido de gravá-la, é preciso sim de um estúdio. Quando perguntado onde se realizam os ensaios, não tivemos como resposta um local específico. Às vezes os ensaios eram realizados em um estúdio ou na casa de um dos integrantes da banda

É válido ressaltar que não realizamos todas as entrevistas nos locais habituais de ensaios das bandas, porém identificamos que a maioria ensaia ou se reúne na casa de algum dos integrantes, e de lá vão para o estúdio quando precisam gravar algo ou ensaiar para uma apresentação. Além dos estúdios, que são pagos e se constituem como o principal local de gravação das bandas, duas bandas, por exemplo, tem o Centro de Referência da cultura hip hop, como principal local de ensaio.

Trata-se de um espaço caracteriza-se por ser, na cidade, um Centro Cultural para a realização de atividades relacionadas às quatro dimensões da cultura hip hop: a grafiteagem, discotecagem, dança de rua e o rap. Portanto, além de um estúdio para gravação, o Centro oferece atividades como: oficinas, mostra de dança break, grafiteagem, feiras, dentre outras.

Outra indagação feita às bandas foi: Quando se faz música em Teresina? No universo das respostas obtidas, verificamos que a maioria dos ensaios e encontros

dos integrantes, é depois das 22:00 horas. Sendo este o horário mais viável para todos. O problema do horário e da pouca disponibilidade de tempo, durante a semana, evidenciou-se como um dos principais motivos do cancelamento de ensaios das bandas e, portanto, de dificuldade para o trabalho criativo.

### **Bandas juvenis teresinenses: da emergência aos palcos**

A necessidade de entendermos o processo de surgimento das bandas decorreu da curiosidade em entender para que surgiram? Como surgiram? E qual o sentido que elas têm para seus integrantes: se foram pensadas como lazer ou como trabalho. Ainda podemos usar a denominação, bandas a “sério” ou bandas por “brincadeira”, para entender também sobre a emergência das mesmas.

Nesse sentido, a maioria dos membros das bandas, ao falar sobre a criação das mesmas, afirmaram que de início, elas não foram idealizadas para ser meios de vida para eles. No entanto, todos eles nos relataram que apesar do surgimento espontâneo, eles procuraram realizar as atividades com seriedade, fazendo o melhor que podem e com muita responsabilidade. Na intenção de criar uma banda por “brincadeira”, muitas acabaram se tornando as chamadas bandas a “sério”.

Deste modo, algumas questões que rodeiam a criação de uma banda é a seriedade com que se encara a música e a inserção na mesma. Identificamos a existência de uma transitividade entre bandas, pois às vezes um integrante entra e não se encontra nos rumos que determinada banda está levando. Também identificamos que a indisponibilidade nos horários de algum integrante apresenta-se como empecilho para sua permanência na mesma. Pais (2004), estudando o universo das bandas juvenis portuguesas, ao tratar acerca do tema da instabilidade das bandas, afirma:

Frequentemente, a instabilidade das bandas resulta da dificuldade em se assegurar uma ‘estrutura transindividual’ sólida que, no fundo, permita que o ‘espírito do grupo’ se mantenha enquanto tal. O desacordo em relação às sonoridades que possam dar à banda uma identidade musical



poder ser fatal. Outras vezes a falta de assiduidade aos ensaios é também um factor de desestabilização. (p.31,32)

Conforme evidenciado acima, no universo das bandas por nós abordadas, os elementos tratados pelo autor, também estão presentes e são limitadores para a participação e continuidade de alguns integrantes em determinadas bandas.

Superadas as questões iniciais para concretizar a formação da banda, o foco passa a ser questões de escolha do nome, estilo musical, definição de repertório, criação de músicas, dentre outros elementos necessários à “sobrevivência” da mesma. Em relação a essa fase há bandas que divide o trabalho, atribuído a realização de tarefas a quem tem mais habilidades para realizá-las, mas há também aquelas que preferem desenvolver todas as tarefas coletivamente.

Nesse sentido, o membro não precisa, necessariamente, entender de música, ou tocar um instrumento, basta ter o desejo de compartilhar algo que seja individualmente importante e coletivamente necessário. Sobre compartilhar cérebros, sobretudo no universo criativo, Almeida (2012) lembra-nos que ser “[...] algo que em nada se aproxima, por sua vez, da imagem de mera justaposição de executores numa tarefa.” (p. 33). Recorrendo a Sennet (2009), ela destaca: “Tocar um arpejo, em que o forte polegar esquerdo se mobilize para ajudar o fraquinho mínimo direito, é talvez o procedimento físico mais difícil na coordenação cooperativa” (SENNET, apud ALMEIDA, 2012, p. 33). A impressão é de que no trabalho criativo o trabalho coletivo é mais do que uma corrente, é uma combinação de compartilhamento de criações, onde quem não sabe tocar, mas sabe criar, tem lugar para o que Almeida denomina de agir interativo. Segundo ela, nesse agir: “[...] se misturam as contribuições singulares de todos os agentes na dinâmica dos processos de espacialização da autonomia singular do criador (artífice) no entorno da comunidade” (ALMEIDA, 2012, p. 34).

Nas bandas abordadas, os trabalhos têm um nível de compartilhamento solidário incrível, como aqueles verificados em processos criativos como o dos jovens que vão auxiliar outras bandas por falta de membros.

Em suma percebemos que algumas bandas emergem dos encontros com os amigos via mídias sociais, outras de incentivos de familiares e existem também aquelas motivadas pelo desejo de ter um trabalho, de colocar em prática o que aprender como músico.

Desta forma, nem sempre elas são pensadas apenas como espaço de lazer para seus idealizadores, mas também como algo que possa render financeiramente.

### **DIFICULDADES DE SER TER BANDA NA CIDADE:** concluindo a apresentação

As histórias sobre as experiências vividas neste ano de pesquisa fizeram-nos enxergar uma realidade que vai além das inúmeras dificuldades quanto à existência, ou melhor, a ausência de políticas públicas na cidade. O número de bandas existente na cidade é gigantesco, comportando estilos e histórias diferentes. Bandas que surgiram no meio acadêmico, na vizinhança, nas praças. Bandas que começam com praticamente nada, que são patrocinadas pelos pais, tios ou pelos próprios jovens, que procuram se consolidar dentro de um cenário cultural precário e desvalorizado.

Assim, o retrato das bandas que apresentamos acima é apenas uma pequena parte do que temos de banda na cidade. Todavia, é também um reflexo daquilo que podemos denominar de dimensão criativa dos jovens de Teresina, no sentido mais complexo e na diversidade marcada pela composição, estilos musical, modo de organização e importância para os jovens. Tudo isso nos permite entender as formas de organização dos jovens de Teresina, por meio da formação de bandas, mas também nos permite construir uma reflexão interessante, quanto às possibilidades que a cidade e os gestores de cultura, oferecem aos mesmos.

Embora seja um retrato, encontramos nesse uma possibilidade de compreender a diversidade do universo criativo dos jovens da cidade em termos de estilo musical. Nessa simples “amostra” que tomamos como referência, encontramos bandas dos mais variados estilos: rock, de pop, hip hop, instrumental,

gospel, dentre outras, que evidenciam resquícios de influências de um cenário teresinense alimentado pelas bandas da “velha guarda” que tinham esses estilos como horizontes de suas criações, cada um em momentos históricos diferentes. Além das heranças de suas relações sociais com familiares, amigos, dentre outras.

No entanto, nesse aspecto da diversidade de estilo, o que mais nos chamou a atenção, foi a predominância de bandas autorais, fato que nos permite afirmar serem as bandas organizadas para serem bandas a “sério” e não bandas de “brincadeira”. De fato, a grande maioria das bandas que entrevistamos é “séria” e seus integrantes trabalham muito para mantê-las “viva”. Assim, muita reclusão para criar canções, ensaios para acertar o “tom” da música. Carrega instrumento daqui e dali! Com relação às apresentações, para estas, eles mobilizam a solidariedade possível de parente e conhecido, pois muitas vezes nem para esse momento eles contam com suporte.

Outro elemento que destacamos nesse estudo, foi a enorme capacidade de as bandas tornarem-se espaço de aglutinação e de sociabilidade juvenil na cidade. Nesse sentido, elas não apenas aglutinam seus integrantes, mas os parentes e amigos. Essa aglutinação ocorre em relação à construção da “sobrevivência” da banda, em razão da falta de recurso financeiros e suporte material, mas também como público para a mesma em suas apresentações. Em alguns momentos e para algumas atividades, há uma verdadeira “via cruzes” de jovens acompanhando uma banda, com vistas a prestigiá-la.

Entretanto, aos pontos acima destacados, o quesito da ausência de suporte financeiro e material para as bandas, foi muito recorrente nos relatos de seus integrantes. Deste modo, a carência de locais disponíveis para lazer e cultura, tanto para jovens quanto para adultos, é sentida como limitador de espaço possível para as bandas se apresentarem. Essa carência de espaço interfere na presença das mesmas na cidade. Também foi apontada a ausência de incentivo do poder público para garantir a presença das bandas na cidade, seja por meio de festivais, seja de atividade nos espaços públicos existentes e desocupados, como praças, parques, teatros,

dentre outros. Sem incentivo, não há editais, e os que existem, são apontados pelos jovens como burocratizados, e acabam desanimando um grande número de bandas, que terminam por desistirem diante de tantos empecilhos.

Dentre as dificuldades, uma nos causou bastante reflexão: o problema de se cantar músicas autorais, em uma cidade que não costuma valorizar a produção local. Em Teresina, grande parte do público está culturalmente “fechado” para novidades ou para bandas locais pequenas, pois em geral os donos de locais parecem preferir contratar uma banda cover ou um DJ. Há quem reconheça mudança nesse cenário, por conta da influência das mídias virtuais que deram maior espaço para difundir informações sobre as bandas.

Na realidade das bandas de estilo hip hop, uma das principais dificuldades que identificamos foi acerca do estigma e do preconceito em relação a esse estilo musical, com as vestimentas, com o modo de usar o cabelo, por ter tatuagens dos adeptos ao movimento. Um dos integrantes da banda Reação do Gueto citou que sofreu preconceito até mesmo dentro de casa, pelos pais que não entendiam muito do movimento e tinham a visão um pouco limitada e estereotipada sobre o hip hop. Também existe o preconceito em relação à cor da pele: por ser negro e andar na periferia a noite, já foi motivo de abordagem policial e rendeu um rap.

Identificamos também preconceito em relação ao gênero gospel, embora a banda possua um público ligado a questões religiosas. Todavia, os jovens dessa banda destacaram que encontram muito preconceito na mente das pessoas, principalmente de outras bandas quando vão tocar em um evento, pelo fato de fazerem rock religioso.

Do exposto acima em relação ao perfil dos integrantes das bandas, aos lugares onde se faz música em Teresina e, por fim, às dificuldades enfrentadas pelas bandas, temos a concluir a cidade carece de políticas públicas de incentivo à cultura, que ampare e valorize a criação desses jovens. Para tanto, não é necessário apenas pensar na realização de festivais que favoreça a emergência de novas bandas no cenário cultural da cidade, mas também que fortaleçam as já existentes. Assim, seria

necessária a criação de uma logística com marketing, divulgação de leis de incentivo à cultura, editais, com transporte para suporte para as bandas, equipamentos e definição de espaços para apresentação das bandas na cidade. Sem isso, toda a criatividade fica sucumbida aos esforços pessoais dos integrantes das bandas, familiares, quando apoiam e amigos.

Para concluir de fato essa comunicação, queremos ressaltar que o investimento nesse tipo de iniciativa, poderia suplantar a realidade da violência contra os jovens em Teresina, em substituição às medidas de encarceramento tão propagadas como necessárias pelos meios de comunicação local. A cultura, o potencial criativo dos jovens é pouco percebido como forma de enfrentamento dessa situação, porém, nessas experiências esse potencial está presente na sua forma mais interessante possível: a criatividade juvenil.

## Referências

ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis: punks e darks, o espetáculo urbano**. São Paulo: Scrita, 1994.

ARAUJO, Lídice Maria Silva. Música, sociabilidade e identidades juvenis: o manguebit no Recife (PE). In: PAIS, José Machado; BLASS, Leila Maria da Silva (Org.). **Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidades**. São Paulo: Annablume, 2004.

ALMEIDA, Isabel M. de & PAIS José M. (org.). **Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BLASS, Leila Maria da Silva & PAIS, José M. (Org.). **Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidades**. São Paulo: Annablume, 2004.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis, Vozes, 2003.

GASKELL, George & Bauer MARTIN W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som - um manual prático**. São Paulo, Ed. Vozes, 2002.

PAIS, Jose Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1993. 350 p.

SILVA, Valéria. Jovens no Brasil: sujeitos de tempos, espaços e expressões múltiplas. In. Matos, Kelma Socorro Lopes de et al. (Orgs.) **Jovens e crianças: outras imagens**. Fortaleza: UFC Edições, 2006. p. 83-96.



**A IDENTIDADE DA VELHICE NA CONTEMPORANEIDADE****THE IDENTITY OF OLD AGE IN CONTEMPORARY TIMES****Rafael Galeno Machado**

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Piauí e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí. Mestrando no programa de pós-graduação de Sociologia da Universidade Federal do Piauí.

**Francisco de Oliveira Barros Junior,**

Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, e é membro do Núcleo de Pesquisas e Extensão Universitária para a Terceira Idade e do Programa Terceira Idade em Ação, da mesma universidade.

**Resumo**

O presente artigo busca discutir a construção de uma nova identidade para a velhice na contemporaneidade. Partiu-se da análise que constata uma mudança de panorama, acentuada nas últimas décadas, que permitiu novas vivências para os indivíduos situados nessa faixa geracional. Tendo o conceito de identidade e sua formação como ponto de partida, procurou-se entender como a mudança do discurso de velhice para terceira idade reflete esse processo.

**Palavras-chave**

Velhice. Identidade. Terceira idade. Modernidade

**Abstract**

This article discusses the construction of a new identity for old age in contemporary. It started from the analysis that notes a changing landscape, marked in recent decades, which allowed new experiences for individuals located in this generational group. Taking the concept of identity and its formation as a starting point, he tried to understand how the aging of speech change for Seniors reflects this process.

**Keywords**

Old age. Identity. Third Age. Modernity



## Introdução

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial. Essa situação é fruto da combinação do decréscimo das taxas de natalidade com a diminuição das taxas de mortalidades, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, aliada a melhorias nas condições de vida e avanços da medicina, entre outros fatores.

No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), colhidos no último censo realizado apontam que o número de idosos, categoria definida pelo órgão federal como aqueles com sessenta anos ou mais, já correspondem a onze por cento da população total. Nos dados levantados em mil novecentos e noventa e um, eles somavam sete vírgula nove por cento do total (BRASIL, 2010).

Como a estatística evidencia, a pirâmide etária relativa para o Brasil passa por uma significativa transformação, o que levanta questões de grande importância: o debate sobre políticas sociais mais efetivas voltadas para os idosos; a necessidade de uma especialização maior da saúde pública para as demandas próprias dessa faixa de idade; além, obviamente, do fator Previdência, sempre em pauta na discussão política.

Afora tais questões, que envolvem um espectro mais econômico, discute-se a mudança de paradigmas sociais usualmente relacionados à velhice. A velhice aqui discutida parte desse recorte geracional que se inicia aos 60 anos de idade e busca os discursos e vivências que a desnudam como uma construção social, isto é, uma produção de sentidos que varia conforme os contextos culturais, sociais e histórico.

A chegada dos anos dois mil e as estatísticas do envelhecimento populacional consolidadas obrigaram uma reflexão maior sobre a situação. Estudos como o de Alda Britto da Motta (2007), discutindo novas vivências na velhice e, entre elas a reinserção (ou permanência prolongada) no mercado de trabalho são recentes e um exemplo de como o assunto carrega um frescor.



Tais abordagens se encaixam num contexto maior que é a resignificação da velhice, ou melhor diria velhices, dadas as oportunidades e experiências de vida hoje expostas aos idosos.

Em que quadro histórico-social se encaixa esse fenômeno? Ana Lucia Cardozo faz um delineamento bastante satisfatório nesse sentido. Como ela nos situa, atravessamos um período de profundas transformações sociais e econômicas que incidem diretamente sobre os indivíduos, as relações pessoais e a cultura. É um período confuso “por nem sempre ser possível uma distinção entre o velho e o novo na realidade social, já que as mudanças não ocorrem simultaneamente em todos os níveis” (2004, p. 21).

Com essa dinâmica em vista, a terceira idade surge enquanto discurso e vivência, tornando-se sinônimo de envelhecimento ativo e independente; uma verdadeira nova etapa da vida, cheia de dinamismo. Para Cardozo, velhice não se confunde com terceira idade. A invenção da terceira idade é, assim, “uma experiência inusitada de envelhecimento e não pode ser reduzida aos indicadores de prolongamento de vida nas sociedades contemporâneas” (2004, p. 27). Como a autora indica, uma nova identidade se torna real na medida em que um grupo social se municia de recursos a fim de concretizar as expectativas de realização e satisfação pessoal na velhice.

Nesse novo envelhecer, as pessoas buscam a auto-expressão e a exploração da identidade. Cardozo reitera que a própria velhice foi desconstruída e suas manifestações nos planos físico e cognitivo, resultando no estranhamento no que antigamente era visto como características dessa fase do ciclo vital, e agora passam a ser analisadas como anormalidades, distintas do processo do envelhecimento em si mesmo, o qual deve transcorrer com o mínimo de declínio.

O estereótipo do idoso decrépito, doente e senil, relata Cardozo (2004), cedeu lugar a outro estereótipo, impensável há algumas décadas, representado pelo idoso ativo, aquele que, ou continua a trabalhar e a ser produtivo mesmo após a aposentadoria, ou viaja e se diverte normalmente, desfrutando a vida. Esse conceito

de velhice bem-sucedida é concebido a partir de contextos culturais específicos e dos novos limites do homem para intervenção no corpo humano proporcionados pelos avanços da medicina, derrubando muitas vezes divisões tradicionais e estanques entre as faixas etárias.

Essa velhice em transformação, portanto, não se respalda apenas pelo aspecto demográfico, mas sim pelos novos papéis desempenhados. Poderíamos então identificar esses novos discursos e práticas como uma nova identidade para a velhice? Procuramos aqui compreender esse processo através da revisão bibliográfica de material que pauta essa questão.

## **Desenvolvimento**

José Luiz Medeiros aponta que a definição de identidade mais aceita nas pesquisas atualmente a concebe como “uma construção elaborada no interior de contextos sociais que orientariam representações e escolhas e determinariam posições dos indivíduos” (2004, p. 107). Esta concepção, ele aponta, dá à identidade um caráter relativo, dinâmico e que evolui no interior das trocas sociais, num processo de reelaboração permanente, resultante da negociação entre nós e os outros.

“Simone de Beauvoir acreditava que a maior parte das vezes os indivíduos de mais idade só se sentem velhos por meio do olhar dos outros”, recorda Miriam Goldenberg (2014). Assim, as transformações pelas quais o indivíduo passa ao longo da vida são avaliadas sempre nessa relação com o outro, numa relação dialogal. A identidade, para Medeiros, é o resultado de uma construção progressiva e multidimensional, permeado por rupturas, crises e continuidades, de forma a permitir ao sujeito se situar nas relações sociais. Esse processo se mantém por toda sua vida, estabelecendo “analogias, inclusões, exclusões e alteridades” (2004, p. 116).

Por isso Nobert Elias (1994) afirmava que a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social. A formação identitária,

para ele, se desenvolve em duas vias: na medida em que a pessoa é consciente de fazer parte da sociedade e, como tal, ser fruto dela, em alguma medida; afora sua consciência de si, fundada na memória. Não seríamos, afinal, abstrações sem lastro.

Esse raciocínio se encontra também no pensamento de Norberto Bobbio. Para o grande intelectual italiano, a memória é parte fundamental de cada um, ainda mais na velhice. O lembrar, Bobbio aponta, é uma atividade mental “que não exercitamos com frequência porque é desgastante ou embaraçosa, embora seja na rememoração que reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade” (1997, p. 30). O mundo dos velhos, ele completa, é de modo mais ou menos intenso, o mundo da memória.

E acrescenta: somos aquilo que lembramos. A dimensão da velhice estaria sempre fincada no passado. A cada um, não importa de que maneira encare essa etapa da existência, seja na aceitação passiva, na resignação ou na indiferença, ou mesmo se impondo a máscara da eterna juventude; que não escapasse a compreensão que velhice “não está separada do resto da vida que a precede: é a continuação de nossa adolescência, juventude, maturidade” (1997, p. 29).

Manuel Castells (2001) entende por identidade a fonte de significado e experiência de um povo. Papéis sociais desempenhados por cada um são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade, segundo Castells. Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização. Para ele, algumas autodefinições “podem também coincidir com papéis sociais, de modo que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções” (2001, p. 23). Entender como os diferentes tipos de identidade se formam não pode ser inquirido no plano abstrato, pois estão sempre relacionadas a um contexto social.

Historicamente, aos velhos eram atribuídas duas representações clássicas, qual sejam, tanto da sabedoria e reconhecimento quanto de decrepitude do corpo. Se as civilizações ocidentais oscilavam no passado entre um papel e outro, com o

tempo se sobrepôs a visão de sujeitos no fim da linha da vida. Doenças, perda de vitalidade e lucidez são exemplos de estigmas arraigados no imaginário popular, ao menos no Ocidente. A noção de velhice como etapa diferenciada da vida a ser tratada com maior dignidade surge no período de transição entre os séculos XIX e XX.

A geriatria e a gerontologia foram os saberes médicos emergentes que se debruçaram, respectivamente, sobre o corpo velho e sobre os aspectos sociais da velhice, determinando em grande parte o estabelecimento desta como categoria social, conforme alude Luna Rodrigues Freitas (2008). Em suas palavras, o estabelecimento da velhice como categoria social, marcada pelos signos da degeneração física e da invalidez como também pela legitimidade conferida por direitos específicos, foi um cenário que passou por mudanças significativas nas décadas de sessenta e setenta, quando velhice passa a ser um problema coletivo e adquire visibilidade social.

É nesse contexto que, em mil novecentos e setenta, a obra “A Velhice”, de Simone de Beauvoir, é publicada, dando um sopro de realidade aos símbolos tradicionais da velhice ao desvelar num franco discurso meditativo sobre essa fase da vida. Havia em suas linhas a intenção de resgatar a dimensão existencial que o sujeito atravessa quando alcança certa idade, lidando com o tempo e seus reflexos de uma maneira forte e difícil de ignorar: quando, entre outras coisas, o corpo não acompanha a mente.

Essa imagem forte foi sem dúvida um ponto de relevo nas discussões sobre a velhice que atravessaram a segunda metade século vinte. Nesse processo histórico-social, o surgimento da categoria ‘terceira idade’ é, sem dúvida, um ponto de transformação substancial na identidade social da velhice. Nos dizeres de Luna Rodrigues, antes entendida como decadência física e invalidez, momento de descanso e quietude no qual imperavam a solidão e o isolamento afetivo, ela passa a significar o momento do lazer, propício à realização pessoal que ficou incompleta na juventude, à criação de novos hábitos, hobbies e habilidades e ao cultivo de laços afetivos e amorosos alternativos à família (2008, p. 161).

Ainda segundo esta autora, para entendermos a terceira idade como uma categoria social historicamente construída, cuja inserção no espaço público dá ensejo a novas formações identitárias, parece necessário identificar os fatores que influenciaram ou favoreceram sua origem e sua legitimidade no imaginário cultural. Para Luna Rodrigues (2008), isso englobaria a generalização e a reorganização dos sistemas de aposentadoria, a substituição dos termos de tratamento da velhice, o discurso da gerontologia social e os interesses da cultura do consumo.

Nesse ponto, Leila Freitas (2010) faz uma análise exemplar sobre os discursos midiáticos que abordam o “novo” idoso. Como bem aborda, o papel que a mídia exerce em relação aos indivíduos-sujeitos figura como discurso de verdade: ou seja, ela não apenas veicula “verdades”, como também “sugere” modos de agir, sentir e ser sujeito. No alto da investidura de seu poder, ela recruta, convoca, impele os indivíduos a tornarem-se sujeitos à sua moda.

O mercado, afinal, está de olho em todos. Ao observar o crescimento mundial da população velha e o decorrente aumento do tempo de vida, “se fez urgente pôr em prática um processo de (re) significação da velhice, construindo prontamente outras representações sociais para o envelhecer” (2010, p. 4). Tais construções, na verdade, se erigem no e pelo discurso, como é peculiar à mídia, tendo em vista que ele (o discurso), conforme reafirma Freitas, é o elemento fundante a partir do qual toda a realidade é constituída, incluindo-se aí a realidade mesma do sujeito. São erigidas assim novas realidades discursivas, que incluem os velhos no mercado consumista com mais intensidade.

A produção discursiva social se mobiliza e faz nascer o “novo velho/idoso”, um sujeito que se sustenta por uma série de outros discursos como o da Terceira idade, “melhor idade” e longevidade, por exemplo. Poderíamos falar de uma indústria do envelhecimento, um nicho de mercado voltado para essa fase da vida, que ganha legitimidade à medida que dispõe de recursos financeiros suficientes para parecer atraente aos planejadores de estratégias de consumo, como aponta Luna Rodrigues (2008). Essa “indústria” possui vários focos, dos quais exemplificamos

dois. O primeiro seria voltado ao chamado turismo da terceira idade. Cruzeiros, viagens ao redor do mundo, diversos pacotes e serviços montados e oferecidos conforme os gostos e preferências desse público, conforme o mercado apura. Há um discurso de que não há época melhor para uma pessoa viajar e usufruir o tempo livre conhecendo novos lugares, uma espécie de recompensa por todo o trabalho ao longo da vida.

O outro nicho é o estético, maquiado pelo discurso de preocupação com a saúde. Seguindo padrões de beleza “universalizados”, é criada uma excessiva preocupação com o corpo e a beleza, balizada por discursos amplamente difundidos no cerne social, como o do “culto ao corpo”, da “ditadura da magreza”, do “corpo sarado”, dentre outros. A nova velhice se “nega” a ser velha. Estimula-se uma busca pela longevidade que estampe nos corpos uma aparência sempre abaixo da idade real.

A longevidade pretendida, desse modo, almeja retardar os sinais do envelhecimento, como se o indivíduo “parasse” no tempo. Vivemos um grande paradoxo: ao mesmo tempo em que a fantasia da juventude “eterna” se reproduz na publicidade, na mídia e em outros veículos de comunicação e mensagem, ficamos cada vez mais velhos. A medicina, elemento de destaque nesse campo, ao mesmo tempo que permite prolongar as chances de vida do indivíduo, o faz com uma postura ideológica muito forte: não se trata de permitir uma velhice digna, mas sim resgatar as condições de uma hipotética juventude, ou o mais próximo disso.

Essa questão reflete bem o espírito de nosso tempo. Frank Schirmacher (2005), em seu livro “A Revolução dos Idosos”, descreve as incongruências desse processo. Toma como perspectiva um choque geracional criado pelo que chama de *babyboomers*, os filhos dos anos sessenta, que criaram o imaginário da valorização da juventude nos mais diferentes meios, como a moda, por exemplo, e se deparam agora com a chegada de uma idade avançada, precisando renegar tudo aquilo que valorizavam, enquanto seus filhos, habituados ao discurso massificado de negação

da velhice, precisam decidir que rumo tomar em pontos espinhosos, como as que envolvem recursos públicos destinados a essa parcela da população.

Analisar as reverberações desses discursos no inconsciente das pessoas nos leva a evocar o pensamento de Francisco Oliveira (2013), que submeteu a velhice ao julgo da reflexão filosófica. Afinal, o traço mais óbvio da velhice e que ao mesmo tempo essa nova dinâmica social busca mascarar é a proximidade da morte. Voltando a Bobbio (1997), ele afirma que a velhice é a última fase da vida: dentro de uma visão cíclica é o momento no qual o ciclo termina. Em suas palavras, “enquanto o ritmo da vida do velho fica cada vez mais lento, o tempo que tem pela frente fica dia a dia mais curto, aproximando-se do inevitável fim” (1997, p. 49).

É com isso em mente que Oliveira (2013) trabalha, haja vista que entendimento do tempo e de sua própria trajetória de vida dá aos velhos a oportunidade de refletir sobre suas vidas. A idéia de finito provoca uma ressignificação da velhice. Para ele, o tempo traz suas marcas, inaugurando a velhice; embora essa não possa jamais ser ameaça à livre vivência. Ao contrário, é horizonte de descoberta, pois a finitude pode ser superada com a possibilidade de transcendência iniciada pelo resgate da pessoa do velho de dentro do personagem, expandindo-se para novos papéis a serem desempenhados.

Coloca-se, portanto, ao indivíduo a percepção de camuflar ou não a passagem do tempo. Nesse sentido, algumas pessoas evocam uma velhice com cuidados, porém ciente de si, ou seja, estimula o indivíduo a se reconhecer como tal: um velho no mundo contemporâneo. Mirian Goldenberg, por exemplo, pesquisadora brasileira com trabalhos de destaque nessa área, publicou em dois mil e quatorze um livro em que defende o que chama de “bela velhice”. Uma velhice orgulhosa de suas rugas e outras evidências no corpo de uma idade avançada, bem resolvida com antigos dilemas e empolgada com novos projetos feitos para a vida mesmo depois dos sessenta anos.

O que percebo com essas iniciativas é a construção de uma velhice que traduza as novas condições de vida. Uma construção que parte de um novo

entendimento de antigos paradigmas, buscando uma abordagem que traduza os anseios por novas experiências que os velhos antigamente não se permitiam.

Anne Karpof aborda esse assunto em livro lançado em dois mil e quatorze e o descreve como algo confuso. Afinal, a velhice não “surge” do nada quando se chega aos sessenta anos. Ela vem sendo elaborada em vários níveis, a começar pelo subjetivo, desde a infância, quando elaboramos uma imagem dos velhos a partir da convivência com os avós, por exemplo, e tomamos essa imagem como referência ao longo da vida, agregando novos simbolismos sobre essa fase da vida. E eis que cada um se depara a certa altura com a velhice, e “descobre” que não precisa se limitar aos padrões que tinha estabelecido. Envelhecer é um processo de toda uma vida.

## Conclusão

Essas vertentes sobre a vivência do envelhecer indicam como anota apropriadamente Luna Rodrigues (2009), uma duplicidade fundamental na caracterização da terceira idade: a mesma parece se situar de modo ambíguo entre a expansão e a repetição dos padrões identitários vigentes. Ainda em sua fala, a autora indica uma “estreita vinculação da terceira idade aos padrões que determinam as identidades contemporâneas sugere que a mesma pode favorecer e enfatizar os modos de subjetividade que vêm se tornando hegemônicos na atualidade” (2009, p. 133), como aqueles atrelados aos interesses da cultura do consumo.

Ainda que traga consigo a marca da hegemonia subjetiva do individualismo que caracteriza nosso momento histórico, a identidade da terceira idade vem exercendo um papel fundamental para a filiação identitária e, conseqüentemente, para a descrição das histórias de vida dos sujeitos em processo de envelhecimento. Nesse sentido, Rodrigues esclarece,

o surgimento no imaginário cultural dessa identidade inédita e a sua valorização como referência para a filiação identitária sugere a criação de uma nova etapa da vida, de novas formas de vivência do envelhecimento e, conseqüentemente,





do aumento das possibilidades de criação e diversificação para os sujeitos (2009, p. 133).

O que se percebe de maneira efetiva é que as novas definições e vivências do envelhecer se consolidam no imaginário cultural, se estabelecendo como recurso efetivo para a formação das identidades pessoais, de modo a tornar-se referência para um grande número de sujeitos. Tal qual a velhice se consolidou como faixa etária no começo do século vinte a partir de novas condições médicas e sociais, a chamada terceira idade adquire seu próprio relevo como categoria de análise, refletindo os anseios e oportunidades de um novo século.

### Referências

- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1990.
- BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória: de senectute e outros escritos autobiográficos**. Ed. Campus, 6 ed., Rio de Janeiro, 1997.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2001.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1994.
- FREITAS, Leila Karla Morais Rodrigues. **A (re) invenção da velhice: o discurso da mídia sobre o “novo” idoso**. In: Revista Litteris, nº 6, novembro de 2010.
- GOLDENBERG, Miriam. **A bela velhice**. Ed. Record, 5 ed, São Paulo, 2014.
- MEDEIROS, José Luiz. **A identidade em questão: notas acerca de uma abordagem complexa**. In: Mosaico de identidades. DUARTE, Maria Beatriz Balena (org.). Ed. Juruá, Curitiba, Paraná, 2004.
- MOTTA, Alda Britto da. **Família e gerações: atuação dos idosos hoje**. In: **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. Ed. Paulinas, São Paulo, 2007.
- OLIVEIRA, José Francisco P.; PY, Ligia. **O homem, a velhice e seu apetite de infinito**. In: **Envelhecendo com apetite pela vida: interlocuções psicossociais**. Sueli Souza dos Santos, Sergio Antonio Carlos (org.). Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2013.
- ROSA, Ana Lucia Cardozo de Santa. **O envelhecimento na pós-modernidade**. In: **A arte de envelhecer: saúde, trabalho, afetividade, Estatuto do Idoso**. Maria Teresa Toríbio

Lemos, Rosângela Alcantra Zagaglia (org.). Ed. *Idéias & Letras*, Aparecida, São Paulo, 2004.

SCHIRRMACHER, Frank. **A revolução dos idosos**: o que muda no mundo com o aumento da população mais velha. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Autonomia, imperativo à atividade e “máscara da idade”: prerrogativas do envelhecimento contemporâneo? In: **Psicologia & Sociedade**; 21 (1): 128-134, 2009.

\_\_\_\_\_. **Da velhice à terceira idade**: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.155-168, jan.-mar. 2008.

KARPF, Anne. **Como envelhecer**. Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 2015.

## DIREITO À CULTURA E DESIGUALDADES SOCIAIS NA ERA DO GLOBALISMO

### THE RIGHT TO CULTURE AND SOCIAL INEQUALITY IN THE ERA OF GLOBALISM

**Marcos Antonio Alves Batista Filho**

#### **Resumo**

Neste trabalho, propõe-se a discussão sobre a forma como se produz e consome cultura a partir das desigualdades sociais oriundas do sistema capitalista especialmente no atual contexto de globalismo. Dividiu-se a pesquisa em quatro eixos de análise: questão social e globalismo; cidadania na nova ordem global; a relação entre cultura, identidade e poder; a ficção da cultura nacional. Para tanto, foram tomadas como base as obras de Stuart Hall, Néstor Garcia Canclini, David Held, Thomas Marshall, Otávio Ianni, Marilda Iamamoto, dentre outros. Nesse processo, foram discutidas questões envolvendo os conceitos de cidadania, cultura, identidade, globalismo e a questão social, bem como seus papéis e interpretações na sociedade moderna e pós-moderna.

#### **Palavras-chave**

Desigualdades sociais. Globalismo. Cultura.

#### **Abstract**

In this paper, it's proposed a discussion about the way it's produced and consumed culture from the social inequalities arising from the capitalist system especially in the current context of globalism. The research is divided into four areas of analysis: social question and globalism; citizenship in the new global order; the relationship between culture, identity and power; the fiction of a national culture. For that, it relied upon the work of Stuart Hall, Nestor Garcia Canclini, David Held, Thomas Marshall, Otavio Ianni, Marilda Iamamoto, among others. In this process, issues were discussed involving the concepts of citizenship, culture, identity, globalism and social issues as well as their roles and interpretations in the modern and postmodern society.

#### **Keywords**

Social inequality. Globalism. Culture.

#### **Introdução**

O presente artigo foi desenvolvido com base nas pesquisas realizadas para a tese de doutoramento que tratará das políticas públicas relacionadas ao direito à cultura no Brasil, junto ao Programa de Doutorado em Políticas Públicas da

Universidade Federal do Piauí. Optou-se por, nesse trabalho, uma abordagem mais específica em quatro pontos que possuem direta relação com nosso objeto de pesquisa: a) a relação entre questão social e o globalismo; b) a cidadania na nova ordem global; c) a conexão entre cultura, identidade e poder; d) a superação da ideia de uma cultura nacional.

A questão social e a globalização mostram-se relevante para a pesquisa uma vez que se propõem a discutir as contradições da sociedade capitalista, as desigualdades geradas por elas, tanto dentro dos Estados quanto nas relações entre eles, desigualdades estas que afetam o desenvolvimento e afirmação da cidadania em seus diversos elementos e percepções no contexto contemporâneo de interdependências.

Além disso, as desigualdades sociais podem ser traduzidas em relações e manifestações de poder, sendo a produção e afirmação cultural um processo marcado por disputas de espaço e áreas de influência exemplificado pela tentativa histórica de construção da ideia de uma cultura nacional, que estabelecia um padrão de normalidade e de comportamento que deveria ser seguido e que rechaçava o diferente.

### **A questão social e o globalismo**

Iamamoto (1999, p. 26), ao tratar da questão social, nos ensina que esta é “[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” que se originam da coletivização da produção social, bem como a ampliação social do trabalho, “[...] enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

A partir dessa definição pode-se observar que a questão social é fruto de uma contradição fundamental entre trabalho e capital, uma vez que a ampliação do trabalho tem como consequência a concentração dos resultados desse trabalho nas mãos de uma pequena parcela da sociedade e não nas mãos dos trabalhadores,

fazendo com que essa relação entre trabalho e capital seja responsável pela construção das desigualdades. O que se tem é que ao mesmo tempo em que ocorre o desenvolvimento da sociedade também se dá um aprofundamento da pauperização e que atinge a maioria da população mundial. O desenvolvimento histórico da questão social acompanha a evolução do modo de produção capitalista, uma vez que é esse sistema que produz as contradições e problemas inseridos na questão social, tanto que Netto (2001, p. 49) afirma que superação da “questão social” só se mostra possível com a derrota do capital.

A evolução do modo de produção capitalista, desencadeia no fenômeno do globalismo no qual “desaparecem as fronteiras entre os três mundos, modificam-se os significados das noções de países centrais e periféricos, do norte e sul, industrializados e agrários, modernos e arcaicos, ocidentais e orientais”, contexto em que surgem novos polos de poder, em um processo de universalização do capitalismo, gerando uma “nova divisão transnacional do trabalho” ao mesmo tempo em que “rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar” (Ianni, 1996, p. 12-14). Por consequência, a expansão mundial do capitalismo acarreta a globalização da questão social que se manifestará de diferentes formas e significados nos diferentes países e regiões.

A globalização do capitalismo também proporciona alterações mundiais das forças produtivas no momento em que rompe com as fronteiras nacionais, promovendo um declínio do Estado-nação, uma vez que este passa a subordinar-se a interesses e decisões provenientes de outros centros de poder. Assim, como afirma Ianni (1996, p. 17), “se por um lado, o estado-nação é levado a limitar e orientar os espaços de cidadania, por outro lado, as estruturas globais de poder são levadas a limitar e orientar os espaços da soberania nacional”. Assim, tem-se, como consequência, que o próprio exercício da cidadania acaba sendo regulado por estas estruturas globais de poder, e que para melhor vislumbrar os efeitos desse processo no exercício da cidadania, sua compreensão em uma escala global se faz necessária.

## Cidadania e a ordem global

No discurso de Marshall (1967, p. 63-64), a cidadania se manifesta em diferentes aspectos da vida social, necessitando-se, dessa forma, e um desenvolvimento dos três elementos para que se possa ampliar sua percepção e exercício. O presente trabalho concentrar-se-á no elemento social da cidadania, uma vez que o direito à cultura e, conseqüentemente a ideia de cidadania cultural, uma das categorias conceituais de nossa pesquisa, encontra-se intimamente ligado a esse processo de ampliação e exercício de uma ideia de cidadania.

O surgimento e desenvolvimento dos direitos sociais se dá com o intuito de minimizar os efeitos do sistema capitalista na sociedade, uma vez que este se baseia no processo de acumulação de riquezas. Visto que muitos não conseguiam adquiri-las além do necessário à sua sobrevivência, uma parcela significativa da sociedade não tinha acesso à serviços como educação, saúde, moradia, etc., uma vez que estes estão ligados ao mercado, só sendo acessíveis através do processo de acumulação. Entretanto, ao autor afirma que tais direitos adquirem um novo significado, passando não mais a apenas reduzir os ônus da pobreza, mas passam a possibilitar uma mudança no “padrão total da desigualdade social” (MARSHALL, 1967, p. 88).

Percebe-se que os direitos sociais, ao se desenvolverem possuem verdadeiro potencial de modificadores da ordem social, permitindo que a sociedade se altere, evolua e construa novas formas de se organizar e de se relacionar. Nesse processo, a globalização se apresenta como uma mudança nas relações nacionais e internacionais, com a intensificação e modificação da interconexão mundial, não apenas em fatores econômicos, mas também em aspectos políticos, sociais e culturais, conforme propõe Pierik (2003, p. 454, apud GONÇALVES, 2006, p. 4) que define globalização “como um fenômeno multidimensional que envolve a mudança na organização da atividade humana e no deslocamento do poder de uma orientação

local e nacional no sentido de padrões globais, com uma crescente interconexão na esfera global”.

Sobre esse fenômeno existem duas correntes: os céticos e os globalistas. Como apresentado por Held (2001, p. 16), os céticos veem a globalização “como uma construção primordialmente ideológica – um mito conveniente, que, em parte, ajuda a justificar e legitimar o projeto global neoliberal”. Em contraponto ao pensamento cético, os globalistas entendem a globalização como irreversível uma vez que “reflete mudanças estruturais reais na escala da organização social moderna” (HELD, 2001, p. 18). Para essa corrente, a globalização não se restringe apenas à arena econômica, mas também na política, tecnologia, cultura, etc., e gera “a transformação dos padrões dominantes da organização socioeconômica, do princípio territorial e do poder”, pois “ao fazer desaparecerem as limitações do espaço e do tempo nos padrões de interação social, a globalização cria a possibilidade de novas formas de organização social transnacional” (HELD, 2001, p. 21).

Como destacado por Ianni (1996, p. 28) os “direitos e deveres transcendem o local e o nacional, transbordando para o âmbito mundial”, as camadas da população que antes não possuíam voz na produção cultural (ou sua voz não era ouvida alta o suficiente) passam a serem ouvidas, reestruturando e modificando a forma como se produz e consome cultura, uma vez que esta também é um bem inserido no mercado.

Vê-se uma formação de uma ideia de cidadania diferente da sua ideia moderna, que DaMatta (1997, p. 64-65) apresenta como possuindo um “caráter nivelador e igualitário”, onde o indivíduo reclama para si direitos iguais aos demais membros da sociedade, uma vez que a cidadania o colocaria no centro do cenário social. Assim, ao se conceber a cidadania como niveladora, não se quer dizer que todos os indivíduos são absolutamente iguais, com pensamentos, costumes e ideias iguais, mas sim que eles possuem direitos iguais. Dessa forma, quando se aplica tal entendimento democrático ao aspecto cultural, se reconhece a todos os mesmos direitos quanto ao acesso, produção e consumo de bens culturais. Entretanto, esse

processo não é necessariamente harmônio e ausente de conflitos, mas sim um reflexo das relações de poder dentro de uma sociedade.

### **Cultura, identidade e poder**

Inicia-se esta abordagem a partir das ideias de Alves (2010, p. 44) que nos apresenta duas dimensões do termo “cultura”: uma subjetiva, que nos apresenta a cultura como parte de um desenvolvimento progressivo da pessoa; e uma objetiva, onde a cultura é vista como um produto coletivo, preexistente e exterior e, portanto, dotado de autonomia. Assim, observa-se que a construção cultural não é uma dinâmica estéril, alheia a interferências, sendo exatamente o oposto.

Para compreender esse dinâmica, pode-se iniciar pelas ideias de Geertz, em Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura (1989) e Bourdieu, Sobre o poder simbólico (2009) sobre cultura, onde, para o primeiro ela seria com conjunto de sentidos que se atribui a tudo que se faz e para o segundo seria a capacidade humana de atribuir sentidos. Ambas as concepções a mostram por meio da simbolização e como algo que já existe e também é criada por nós, sendo os sistemas simbólicos, como descreve Bourdieu, estruturas estruturadas e estruturantes. Nessa perspectiva, sendo a cultura uma produção de signos e que estes podem ser observados, uma vez que a cultura é pública (Geertz, 1989, p. 22), tem-se que diferentes signos podem ser construídos, bem como suas interpretações, logo, apresenta-se a possibilidade da existência de diferentes culturas, bem como variadas interpretações sobre elas, que, por sua vez, resultados das percepções sócias da identidade e da diferença.

O ato de definir uma identidade, atribuir um pertencimento, é um processo de negação de tantas outras identidades, consagrando as diferenças. Derrida (1991, apud SILVA, 2000, p. 79) afirma que ao mesmo tempo que o signo representa aquilo que substitui, aquilo que é, também representa aquilo que não é, ou seja, a diferença.



Assim, o que se tem é um processo de atribuição de sentidos que ao reconhecer uma identidade, também estabelece uma diferença por meio de representações, definindo o “outro” (diferente) não aquilo que ele é, mas sim a representação que se faz dele, e que é resultado de um sistema de poder construído simbólica e socialmente, que, em uma sociedade capitalista, não está dissociado da dinâmica do mercado e das desigualdades sociais geradas por ela.

Assim, como manifestação de tal sistema, Savian Filho (2014, p. 34-34) afirma que “uma cultura só é aceita, então, se assume e cumpre o papel que as outras consideram adequado e necessário para sua existência em conjunto”. Isso ocorre porque, ao afirmar identidades e diferenças, tem-se os diferentes grupos sociais procurando garantir “acesso privilegiado aos bens sociais”, onde as ideias de “nós” e “eles” são “indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder” (Silva, 2000, p. 81-82).

Essa relação “nós”-“eles” foi essencial na formação do Estado Moderno sendo especialmente importante no nacionalismo europeu dos séculos XVIII e XIX, trazendo a ideia de que cada nação possui sua própria cultura, o que cria o “mito da mônada cultural” que é descrita por Vallée (2014, p. 37) como sendo a “ideia de que cada cultura seria uma realidade fechada em si mesma e da qual nós seríamos irremediavelmente prisioneiros”, o que nos impediria de compreender o outro em sua diferença, uma vez que, por estarmos presos em nossa própria cultura, seríamos incapazes de assumir uma neutralidade na compreensão do outro. Entretanto, para o autor, as culturas vivas não são perfeitamente fechadas em si, mas são capazes de ampliar-se e acolher aquilo que é inicialmente estrangeiro/diferente, não sendo a cultura uma realidade fixa e presa no tempo e espaço. Assim, torna-se mais apropriado discutir as noções de pertencimento e diálogo, bem como as tensões entre universal e particular.

Tendo em vista “que toda pessoa pensa e interpreta o mundo a partir de uma situação cultural particular”, mas esses “diferentes pertencimentos culturais (...) são também pertencimentos partilhados”, nota-se uma vinculação a nível local, nacional

ou até mesmo internacional (Vallée, 2014, p. 38). Há um diálogo entre particular e universal através desses pertencimentos, ou, como diria Velho (1996, p. 181), diálogo que caminha em sentido oposto à da hierarquização e, para nós, também a uma representação de poder. Entretanto, tal diálogo que existe entre o particular e o universal, encontra fortes resistências quando se apresenta entre diferentes culturas, fruto principalmente da relação binária de poder entre a ideia “nós” vs. “eles”, marcada pela disputa de poder já mencionada.

Tenkoul (2014, p. 40) vê no interculturalismo um caminho possível para lidar com esse choque de civilizações e estabelecer um real diálogo, pois “cultivar identidades não pode significar viver em autarquia, no fechamento em si mesmo, numa situação de desconfiança com a alteridade”, especialmente porque a identidade é dinâmica e sempre em transformação. É preciso pensar o sujeito em uma nova posição e onde a identificação é um processo, nunca completamente determinada, podendo “ser, sempre, sustentada ou abandonada” (Hall, 2000, p. 106), posição que por si só contraria a ideia de uma cultura nacional, algo comum e partilhado igualmente por toda uma população.

### **A ficção da cultura nacional**

No mundo moderno, marcado pela solidez das estruturas e das tradições, as ideias de identidade nacional e, conseqüentemente, de cultura nacional foram elementos fundamentais do fortalecimento do Estado-Nação, uma vez que servem como uma cola social objetivando garantir a integridade e existência do Estado. Scruton e Gellner (apud Hall, 2011, p. 48) afirmam, basicamente, que o sujeito necessita de um sentimento de identificação nacional sem o qual não estaria completo, carecendo de um pertencimento que lhe confere segurança e que é essencial para sua vida. Entretanto, tal concepção diminui, se não incapacita, o indivíduo como formador de sua própria identidade, o vincula a algo formado e

preestabelecido o qual não é fruto de sua participação e, portanto, algo imposto e contraditório à noção de cidadania que traz consigo a necessidade de participação do indivíduo da vida em sociedade, pois tal participação imposta, não voluntária negaria a ideia de liberdade, tão presente na construção da cidadania.

Uma vez que a identidade nacional se apresenta também na tradição, em uma continuidade na qual o indivíduo, como possuidor dessa identidade, terá que manter, nota-se aí uma necessidade de manutenção do passado, ou seja, sua perpetuação no tempo, seu encaminhamento ao futuro. Como aponta Canclini (2008, p. 159), “os modernizadores precisam persuadir seus destinatários que – ao mesmo tempo que renovam a sociedade – prolongam tradições compartilhadas”, fazendo com que, dessa forma, a Modernidade caracterize-se por uma perpetuação das tradições e da propagação de uma ideia de identidade nacional. Esse processo se evidencia com a teatralização do patrimônio, que busca incutir no indivíduo e na sociedade a ideia de uma origem comum, compartilhada por todos e que suas representações devem, portanto, ser igualmente valorizadas, conhecidas e apropriadas. Dessa maneira, participar da vida social é adotar um conjunto de comportamentos pré-determinados, estabelecidos, negando aquilo que for diferente, que não foi estabelecido como o padrão a ser seguido.

A ritualização nacionalista da cultura assume papel fundamental nesse processo de formação a imagem de uma cultura nacional. Procura-se, por meio de uma forma ou padrão definido, apresentar o patrimônio cultural que deve ser apreendido pela sociedade. Exalta-se, segundo Canclini (2008, p. 184), tomando os museus como exemplo, “o patrimônio arcaico, supostamente puro e autônomo, sem impor de forma dogmática essa perspectiva”, fazendo-o de “modo aberto, que permite ao mesmo tempo admirar o monumental e deter-se em uma relação reflexiva, por momentos íntima, com o que se exhibe”. No exemplo de Canclini, não se critica a necessidade de abstração realizada pela museificação, mas sim quem é o sujeito que seleciona o patrimônio que estará exposto no museu, uma vez que tantos os produtores quanto os consumidores da cultura raramente são chamados a

participar desse processo de escolha. Dessa forma, observa-se, pela ilustração do autor, que o processo de produção e difusão cultural na Modernidade não é, via de regra, democrático, sendo apenas uma parcela do patrimônio adotada como relevante e digna de exposição e conhecimento da sociedade. Procura-se consagrar, por meio da escolha deste ou daquele patrimônio cultural a ser preservado a ideia de identidade nacional associada ao patrimônio eleito.

Essa sacralização do patrimônio, concebendo-o como uma das bases da identidade nacional descarta a possibilidade de modificá-lo, adaptá-lo, e, dessa forma, impõe também uma determinada forma de apropriação do mesmo, limitando a liberdade do indivíduo nesse processo e, conseqüentemente, estabelecendo a forma como ele deve inserir-se e comportar-se na sociedade. Nesse sentido, pode-se observar que tão importante quanto integrar aqueles que compartilham dos rituais é tão importante quanto separar aqueles que os rejeitam (Bourdieu, 1982, pp. 58-63, apud Canclini, 2008, 192). Assim, os ritos são ferramentas na tentativa de construção/afirmação de uma identidade nacional, onde aqueles que não os seguem não a reconhecem e, portanto, não são considerados como integrantes daquele grupo. Nota-se, então, o caráter segregador dessas tradições uma vez que ignoram a heterogeneidade típica da Pós-Modernidade.

No processo de ritualização do patrimônio, este é utilizado como perpetuação, pelos setores dominantes, de sua hegemonia social uma vez que se veem como os responsáveis pela determinação do que deve ser produzido, divulgado e propagado. Entretanto, esse controle exercido pelas elites tradicionais (e aqui fala-se em elite também no aspecto econômico) na formação e uso do patrimônio tem diminuído e se relativizado uma vez que a Modernidade Tardia se caracteriza por uma crescente utilização de meios de comunicação de massa e, conseqüentemente, seu uso na criação e difusão de “novos” patrimônios.

## Conclusão

A pós-modernidade caracteriza-se por nos apresentar uma mistura de identidades, constantemente em formação, não nos permitindo falar em identidade ou cultural nacional como algo homogêneo. Trata-se de uma fluidez, com uma forte heterogeneidade entre as sociedades e dentro delas, elemento incompatível com a solidez e homogeneidade da modernidade, percebendo-se que o que se tem é um conjunto de identidades que se apresentam de formas distintas conforme os membros da sociedade que as integram e as formam.

Fruto dessa heterogeneidade e das constantes e intensas relações entre esses grupos com características diferentes, os efeitos da hibridização cultural, valorizam as diferenças, promovendo identificações e formas distintas de consumir cultura, uma vez que nossas identidades são únicas e fruto desse processo hibridizante.

Contudo, ao afirmar uma identidade nega-se as demais e, como se trata de um processo de afirmações e negações, ele envolve a adoção de preferências, de representações, que, por sua vez, constroem-se, afirmam-se e perpetuam-se por meio de relações de poder, e, em sociedades marcadas pelas desigualdades, tais representações tendem a reproduzir as discrepâncias sociais resultantes das contradições da “questão social” na sociedade capitalista, que não se manifestam apenas na ordem econômica, pois fazer tal restrição seria afirmar que o capitalismo não interfere nas outras esferas da vida humana que não o trabalho. As próprias desigualdades econômicas serão responsáveis também pelas diferentes formas de criação e apropriação de cultura, onde podemos tomar como exemplo a clássica diferenciação entre alta e baixa cultura, distinção impregnada pelos pré-conceitos advindos da desigualdade social.

Ademais, uma vez que a identidade nacional se mostra uma ficção nessa Modernidade Tardia visto a fluidez e heterogeneidade desta se mostrar incompatível com a ideia de solidez e homogeneidade daquela, percebe-se, novamente, que o que se possui é uma série de identidades que, uma vez que se encontram intimamente

relacionadas aos aspectos culturais, se apresentam de forma diferente conforme os setores da sociedade que as integram e formam.

Portanto, pode-se afirmar que não existe uma cultura nacional, seja pelos efeitos da hibridização cultural fruto dos efeitos da globalização, mas também pela própria impossibilidade de homogeneizar práticas, costumes, experiências e indivíduos que não são iguais, que, na verdade, valorizam as diferenças tanto (ou mais) do que as semelhanças, dinâmica observada tanto nos Estados como entre eles. Além disso, o próprio questionamento e esfrelamento da noção de cultura nacional pode ser vista como uma forma de combate à perpetuação das desigualdades sociais que se apresentam também na hierarquização cultural, se não na negação de práticas culturais definidas como “normais” por uma elite e que procuram negar o papel e a possibilidade de outros setores da sociedade de criarem sua própria cultura, pois isso seria reconhecer uma faceta do poder social que se pretende negar.

## Referências

ALVES, Paulo Cesar. **Origens e constituição científica da cultura**. In: ALVES, Paulo Cesar (org). **Cultura**. Múltiplas leituras. Bauru-SP: EdUSC; Salvador: EdUFBa, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GONÇALVES, Alcindo. A Legitimidade na Governança Global. In: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito – CONPEDI, 20, 2006. Anais. Manaus: 2006.

Disponível em [http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/direito\\_e\\_politica\\_alcin\\_do\\_goncalves.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_e_politica_alcin_do_goncalves.pdf) > Acessado em: 10 de julho de 2015.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IANNI, Otávio. **A era do globalismo**. Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HELD, David. **Democracy and the Global Order – From the Modern State to Cosmopolitan Governance**. Stanford, Stanford University Press, 2008.

\_\_\_\_\_; MC GREW, Anthony. **Prós e Contras da Globalização**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

SAVIAN FILHO, Juvenal. **Culturas e Reconhecimento**. Revista Cult. São Paulo, ano XVII, n. 196, nov. 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais, Petrópolis: Vozes, 2000.

TENKOUL, Abderrahman. **Choque ou diálogo de culturas?** Revista Cult. São Paulo, ano XVII, n. 196, nov. 2014.

VALLÉE, Marc-Antoine. **Prisioneiros de nossa própria cultura?** Revista Cult. São Paulo, ano XVII, n. 196, nov. 2014.

VELHO, Otávio. **Culturas: uma perspectiva antropológica**. In: PAIVA, Márcia de; MOREIRA, Maria Ester (Coord.). **Cultura**. Substantivo plural. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil/São Paulo: Ed. 34, 1996.

**DA CONDIÇÃO DE ESTAR “LOUCO” À CIDADANIA E TRABALHO PARA A PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL:** uma abordagem sobre a reforma psiquiátrica e a experiência de inserção do CAPS II leste de Teresina-PI

**THE LIVING CONDITION " CRAZY " TO CITIZENSHIP AND WORK FOR MENTAL DISORDER PERSON:** an approach of psychiatric reform and integration experience CAPS II east of Teresina -PI

**Laisla Maranhão**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), desenvolve pesquisas principalmente no campo da saúde mental, serviço social, políticas públicas e áreas afins.

### **Resumo**

O objetivo dessa pesquisa esteve centrado em analisar o papel e a atuação do Centro de Atenção Psicossocial II Leste de Teresina – Piauí na perspectiva da inserção da pessoa com transtorno mental no mercado de trabalho e nas ações de geração de emprego e renda. Parte da premissa de que o CAPS é um dos dispositivos da Reforma Psiquiátrica, criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos, que presta atendimento aos usuários da saúde mental, no sentido de romper o estigma de que o “louco” deve ficar isolado das outras pessoas, pois é inútil, incapaz e destituído de razão. Assim, busca-se um novo atendimento às pessoas com transtorno mental, de forma que ocorra a integração destas com a família e o resto da sociedade, além da busca e promoção da autonomia, construção da cidadania e integração ao meio social, inclusive pelo trabalho.

### **Palavras-chave**

Loucura. Reforma Psiquiátrica. Saúde Mental. Trabalho. CAPS.

### **Abstrat**

The purpose of this research has centered on analyzing the role and performance of Psychosocial Care Center East II in Teresina - Piauí from the perspective of the insertion of people with mental disorder in the job market and in the actions of generating employment and income. Assumes that the CAPS is one of the devices of the Psychiatric Reform, created to be a substitute for admissions to psychiatric hospitals that serve to users of mental health, as meaning break through the stigma that "crazy" should be isolated from others, since it is pointless incapable and bereft of reason. Therefore, we seek a new care for people with mental disorder, such that their integration into with family and the rest of society takes place, and the pursuit and the promotion of autonomy, development of citizenship and integration into the social environment, including work.





**Keywords**

Crazy. Psychiatric reformation. Mental Health. Job. CAPS.

**Introdução**

Esse artigo analisa o papel e a atuação do CAPS II Leste na perspectiva da inserir a pessoa com transtorno mental no mercado de trabalho e em ações de geração de emprego e renda. Parte da premissa de que o CAPS é um dos dispositivos da Reforma Psiquiátrica, criado para ser substitutivo às internações psiquiátricas, que presta atendimento aos usuários da saúde mental, no sentido de romper o estigma de que o “louco” é presumidamente incapaz e perigoso, portanto passível de isolamento social. Assim, busca-se um novo cuidado às pessoas com transtorno mental, de forma que ocorra a integração destas com a família e a sociedade em geral, além da busca e promoção da autonomia, construção da cidadania e integração ao meio social, inclusive pelo trabalho.

Esse estudo realiza a discussão sobre o papel do CAPS II Leste para multiplicar a identidade da pessoa com transtorno mental a partir de experiências de geração de emprego e renda, tendo por objetivo reconstituir as experiências significativas desenvolvidas nesse CAPS que visam preparar seus usuários para a atuação e inserção no mercado de trabalho e nas ações de geração de emprego e renda, desde a fundação dessa instituição até 2013, apresentando os desafios e possibilidades dos profissionais para cumprir com seu papel em relação a essa inserção. Analisa ainda a posição dos usuários em relação ao trabalho e o significado de trabalhar em suas vidas.

Para atingir os objetivos do presente estudo realizou-se uma pesquisa de natureza descritiva e exploratória, tendo por campo empírico o CAPS II Leste de Teresina, o qual realiza atendimento aos usuários adultos (maiores de 18 anos) com transtorno mental severo e persistente. Para Gil (2002) esse tipo de pesquisa envolve: levantamento de material bibliográfico; realização de entrevistas com pessoas que vivenciaram situações relativas ao problema de pesquisa e por fim, recorre-se também a análise das experiências de geração de emprego e renda pelo

serviço. Para o autor uma pesquisa dessa natureza tem como objetivo promover uma análise panorâmica e “buscar maior familiaridade com o assunto abordado” (GIL, 1999 *apud* ROSA, 2013, p. 73). Apoiar-se numa abordagem qualitativa, pois “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os seres humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 1996 *apud* ROSA, 2013, p. 73).

Foram realizadas entrevistas do tipo semiestruturadas ou entrevista qualitativa. Segundo Gaskell (2002) é uma metodologia bastante empregada para construção de informações, é “essencialmente uma técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectiva ou pontos de vistas sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista” (FARR 1982 *apud* GASKELL 2002, p. 65). Desse modo, um roteiro foi organizado para mediar o diálogo com os entrevistados, com questões abertas de modo a possibilitar aos sujeitos em questão introduzirem outras questões e ângulos de análises, portanto permitindo a participação dos atores sociais.

### **As configurações da loucura e a abordagem do louco no processo histórico: da condição de estar louco à segregação nos asilos**

Segundo os estudos de Frayse-Pereira (1985) a loucura, a normalidade e a doença são determinantes relativos à cultura e à sociedade. Não realizando juízo ou comparação entre elas, e sim construindo um sistema de referência universal, esse autor considera outras culturas e a Ocidental como parte de uma infinita diversidade de soluções diferentes para problemas semelhantes. Esse autor relata que para os povos primitivos “uma doença (orgânica ou mental) é apenas parte de uma totalidade que a transcende e engloba” (FRAYSE-PEREIRA, 1985, p. 37), ou seja, para essas sociedades as manifestações que surgem visivelmente através dos sintomas e das enfermidades remetem a um significado sobrenatural invisível.

Na Idade Média, Frayse-Pereira (1985) afirma que o homem europeu estabeleceu uma relação da loucura com a demência e a desrazão, mas era uma experiência vivida por cada um de maneira que não era dominada e sim exaltada, ou seja, a loucura circulava livremente na vida cotidiana. No século XVI a loucura e sabedoria estavam muito próximas e a via dessa associação tem relação com a linguagem das artes: como pintura, literatura e, sobretudo o teatro. Século da “consciência crítica”, que busca entender a loucura pela linguagem das artes.

Com o advento do século XVII, a partir do racionalismo moderno de Descartes (1596-1650) sabedoria e loucura se separam, ou seja, o indivíduo que tem conhecimento não pode estar louco e quem não pensa não pode existir. No pensamento moderno a exclusão do louco não se deu apenas no nível filosófico, pois foi o momento em que um conjunto de instituições foi criado para dominar a loucura.

Assim, surge essa prática de internamento e a sociedade cria temor de ser aprisionada em hospitais psiquiátricos. De acordo com Frayse-Pereira (1985) esse medo continua no século XVIII, pois nessa época a loucura era vista como consequência do homem ter história e se tornou uma das preocupações sociais, pois ela era vista como sinônimo de humilhação e, ser internado, era correr o risco de ser alienado.

O surgimento dos asilos no século XIX estava ligado a nomes como o do médico francês Philippe Pinel (1745-1826). Considerado o pai da psiquiatria e estudioso das ações pedagógicas e morais do mundo asilar, Rosa (2008) ressalta que foi a partir dos trabalhos de Pinel que a psiquiatria se estabeleceu como a primeira especialidade médica e ganhou *status* e reconhecimento em sua competência para intervir na loucura. Ocorre a exclusão social do louco do meio social, por intermédio da internação psiquiátrica “sob a alegação de isolamento terapêutico” com a mudança do seu estatuto para “doente/alienado mental”, e, mais recentemente transtorno. Para essa autora, a partir desse quadro, outra relação se constrói entre o louco e a sociedade (2008, p. 49). Esse modelo prevalece inabalável até o período

do pós II Guerra Mundial, pois a partir desse momento todo o edifício psiquiátrico será alterado e questionado.

Rosa (2008) afirma que cada cultura constitui mecanismos próprios de controle, de integração ou de segregação da loucura. Na sociedade moderna, o “louco” torna-se um objeto de intervenção médica e estatal, e isso acontece devido ao “ordenamento social, econômico, e político próprio de uma nova sensibilidade social” (2008, p.39). Nesse sentido, esse indivíduo é excluído do seu meio social e juntamente com o familiar são colocados numa posição passiva de espera pelo saber psiquiátrico para diagnosticá-lo, num *status* completo de “alienado”/doente.

Nesse contexto, o “doente” não é um sujeito de direito, não pode trabalhar e, portanto não faz parte do circuito de trocas que regula a sociedade burguesa. Ao deixar de se enquadrar nos padrões capitalistas, esse sujeito perde seu valor na sociedade da mercadoria, uma vez que a “loucura” é vista como improdutividade, o que termina por justificar a ação do Estado para a segregação, o isolamento e a exclusão desses sujeitos.

Para Castel (1978), o asilo é o lugar existencial do exercício da psiquiatria porque é o mais apto a opor, ao meio natural (isto é, familiar e social), patogênico porque anômico, um meio construído, terapêutico porque sistematicamente controlado. No asilo, uma pedagogia da ordem pode se desenrolar em todo o seu rigor. Nele o exercício da autoridade pode ser mais enérgico, a vigilância mais constante, a rede de coerções mais estreita (CASTEL, 1978, p.116). Nesse sentido, o isolamento faz com que a loucura permaneça intocada pela sociedade, ou seja, continua sendo vista como um problema dos indivíduos e não algo gerado a partir do modelo de sociedade vigente e suas contradições e interesses.

A história da loucura no Brasil não foi diferente dessa trajetória de segregação do “louco” nos asilos europeus. Apesar da diferença histórica e social, o modelo de assistência psiquiátrica brasileira – hospitalocêntrico – foi implantado no século XIX e importado da experiência europeia, sobretudo francesa (modelo de Pinel do século XVIII).

Segundo Rosa (2008), antes da fundação do hospício no Brasil, os “loucos” considerados tranquilos eram acolhidos pela sociedade e assim podiam circular livremente pelas ruas. As famílias ricas tratavam a loucura domiciliarmente ou enviavam para tratamento na Europa (ROSA, 2008, p. 87). Pode-se analisar que os hospícios ou as casas de internação eram locais destinados aos pobres e que a priori eram considerados indivíduos perigosos e incapazes, ou seja, eram locais que reforçavam a exclusão e abordavam o conteúdo da loucura como caso de polícia.

No Brasil a exclusão foi legitimada por mecanismos que reforçavam situações de preconceitos, ignorância acerca das propriedades da loucura e seus estigmas, ocasionando com isto um retrocesso para a compreensão das potencialidades dos indivíduos, ou seja, intervenções de cunho disciplinares e moralistas, e se limitavam a entender e segmentar a questão sobre o normal e anormal, no binômio razão e desrazão.

Assim, os limites impostos pela configuração da loucura na sociedade provocaram, além de perdas materiais e prejuízo à saúde, um sofrimento social relacionado à condição marcada por esta identidade associada à periculosidade e incapacidade, o que homogeneizou um segmento complexo e bastante diverso. Por isso não gozava de direitos, era considerado improdutivo e incapaz de participar dos circuitos sociais e de trocas, sendo, portanto, negado os seus direitos humanos e o exercício da cidadania, provocada pela institucionalização e reforçada fora dos muros destas.

**Cidadania e trabalho para a pessoa com transtorno mental:** uma abordagem sobre a reforma psiquiátrica e o CAPS como dispositivo de geração de emprego e renda

A inserção da pessoa com transtorno mental em diversos espaços da sociedade inclusive no trabalho, de acordo com Frazão (2007), “circula entre o desejável e o imprescindível na busca da cidadania universal” (FRAZÃO, 2007, p.49),

principalmente devido um longo processo de não ocupação dos espaços sociais e de enclausuramento desses indivíduos nos asilos.

Essa situação só começa a se alterar segundo Rosa (2009) a partir da Segunda Guerra Mundial, período em que as experiências dos campos de concentração são equiparadas às violações de direitos humanos ocorridos dentro dos manicômios. A autora lembra que nessa ocasião os profissionais de saúde tiveram que abandonar os asilos e os hospitais psiquiátricos para ir ao “front”. Com isso, “as próprias pessoas com transtorno mental foram obrigadas a gerir tais espaços e, com isto, tiveram outras facetas de sua condição humana tornadas visíveis” (ROSA, 2009, p.59).

Segundo Rosa (2009) essas mudanças influenciaram nesse campo do trabalho e refletiram-se na ampliação das exigências e na qualificação das pessoas para a realização do trabalho, e assim, também o fizeram no contexto da vida social. A autora lembra que paralelamente ocorre o início de um processo de desinstitucionalização em saúde mental, “primeiramente na Inglaterra, em 1959 e, em seguida, na França, nos Estados Unidos e na Itália e, mais recentemente, a partir dos anos 70, no Brasil” (LEITE, 2003 *apud* ROSA, 2009, p.60).

Para essa autora, embora no Brasil a luta em tal sentido tenha se iniciado nos anos 70, “com muitos avanços assistenciais e legais importantes”, é somente em abril de 2001, que as condições legislativas nessa direção são reforçadas com a Lei nº 10.216, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (BRASIL, 2002).

A reforma psiquiátrica brasileira fundamenta seus pressupostos numa reforma inclusiva e na autonomia da pessoa com transtorno mental, mas tal proposta não pode ser considerada concluída com a desinstitucionalização em si, mas na luta e participação de todos, em todas as esferas da sociedade (FRAZÃO, 2007, p.84).

Segundo Rosa (2009, p. 67) “é evidente que há uma relação contraditória com o mundo do trabalho, sobretudo do trabalho capitalista alienado”, pois sua presença

ou total ausência podem se constituir em fonte de adoecimento e sofrimento para esses indivíduos. Essa autora lembra que, os que desejam trabalhar apresentam diversos significados para tal anseio, “dependendo do interesse, das necessidades e do desejo da pessoa com transtorno mental, e de seu grupo comunitário”, e, como lembra a autora, o trabalho para esses indivíduos deve se dar no contexto protegido.

Há muitos limites e desafios para inserir uma pessoa com transtorno mental no mercado de trabalho, por exemplo, o seu diagnóstico que acaba por trazer uma marca negativa para o indivíduo, já historicamente com o “emblema” de incapaz para o trabalho e perigoso. É preciso que a pessoa não seja “reduzida à sua enfermidade e aos sintomas de seu quadro clínico”, por isso é preciso trabalhar no sentido de separar o seu diagnóstico, seu transtorno e observar “as potencialidades e talentos a serem ampliados para a vida laboral e ocupacional” da pessoa com transtorno mental (ROSA, 2009, p.64-66).

### **Economia solidária e cooperativa de trabalho na reconstrução da pessoa com transtorno mental como ser capaz para o trabalho**

Pretende-se aqui realizar uma discussão sobre a importância do desenvolvimento de uma proposta alternativa de organização do trabalho direcionada à atenção psicossocial das pessoas com transtorno mental. Como foi possível apreender, na década de 1970, com o movimento de Reforma Psiquiátrica, constrói-se uma rede de cuidados, com a proposta de substituir progressivamente os leitos psiquiátricos por uma rede integrada de atenção à saúde mental mais humanizada, que garanta às pessoas com transtorno mental cidadania e respeito a seus direitos.

Um dos caminhos que surgem como resposta organizada à exclusão pelo mercado é a economia solidária e as cooperativas de trabalho. Apesar de toda a importância social, mental, econômica e política conferida a ela, sabe-se que são experiências ainda frágeis e de pequena sustentabilidade. Por isso, é preciso construir condições objetivas, por meio de políticas públicas e da participação da

sociedade, para que tais experiências se consolidem, ampliem, superem e possam atender com mais efetividade às necessidades dos usuários, propiciando uma cooperação solidária de toda a sociedade com o processo de superação de fato dos manicômios.

### **O CAPS como dispositivo potencializador de inserção da pessoa com transtorno mental em ações de geração de trabalho, renda e projeto de vida**

Os CAPS buscam principalmente integrar a pessoa com transtorno mental a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu ‘território’, reinseri-la no espaço da cidade onde se desenvolve a vida quotidiana de usuários e familiares, constituindo-se na principal estratégia do processo de reforma psiquiátrica (BRASIL, 2004).

Um dos principais desafios à Reforma Psiquiátrica é a reinserção dos usuários em atividades produtivas como mecanismo de inserção social. Com o objetivo de beneficiar o projeto de vida dos usuários e diante de todos os pressupostos analisados em relação às responsabilidades que os CAPS possuem em inseri-los em ações de geração de trabalho, renda e vida, é preciso analisar a atuação e estratégias utilizadas pelos dispositivos para a sustentação desse viés, posto historicamente como grande desafio para as instituições que prestam serviços na área da saúde mental, pois não é meramente um problema de saúde, mas de várias políticas e isso exige intersetorialidade.

### **A atuação do CAPS II Leste numa perspectiva de inserção dos usuários no mercado de trabalho e em ações de geração de renda**

A partir da pesquisa realizada, foi possível perceber que parte significativa dos usuários já teve algum tipo de experiência no mercado de trabalho, seja formal ou informal estando na faixa etária de 31 a 40 anos, o que significa uma força de trabalho em plena maturidade produtiva, mas a maioria dos usuários encontra-se



desempregado (88%), em situação de dependência financeira das famílias e de benefícios assistenciais.

Para Frazão (2007, p. 200), “a ressocialização é um pressuposto para o reingresso ao trabalho, e por outro lado [...] a exclusão social é de fato o processo que não permite o acesso ao trabalho no contexto do capitalismo”. Por isso, os serviços precisam romper com práticas manicomiais e excludentes. Mas como foi possível observar nos resultados das análises, a maioria dos usuários possui histórico de longo tratamento no CAPS II Leste e se o serviço não atuar de maneira que busque a autonomia desse sujeito, integrando-o ao meio social, sobretudo com o intuito de construir sua cidadania, os CAPS e outros serviços que seriam substitutivos aos hospitais psiquiátricos arriscam reproduzir práticas manicomiais, as quais tem a missão de desconstruir.

### **Atuações/experiências no CAPS II Leste em relação à inserção no trabalho e geração de renda**

No CAPS II Leste houve investimento para inserção dos usuários no mercado de trabalho formal, através da apropriação de cotas para pessoas com deficiência em uma rede de supermercados local, experiência pouco duradoura e com alcance limitado, abrangendo poucas pessoas, no geral, pessoa do sexo masculino e na função de empacotadores.

Algumas iniciativas no cerne da economia solidária, não ultrapassaram o estágio da capacitação para o trabalho, em treinamentos na área de serigrafia, coordenados pela terapia ocupacional. Com precário apoio institucional, estagnou-se na primeira etapa do projeto.

Outra experiência fomentada circunscreveu a criação e manutenção de uma horta, projeto coordenado pelo Serviço Social, que durou um tempo razoável, em parceria com o curso de Agronomia da Universidade Federal do Piauí, mas foi

desativada pelas constantes mudanças de endereço do serviço e baixo suporte institucional.

Mais recentemente, teve início a experiência de Pet Look, coordenado por uma psicóloga e por uma assistente social, consistindo na confecção de adereços, enfeites de animais (gatos, cachorros) e de bebês.

Tendo em vista as dificuldades de inserir o usuário com transtorno mental no mercado de trabalho formal, as profissionais entrevistadas reconheceram a necessidade de trabalhar com os usuários em oficinas de geração de emprego e renda e algumas consideram que essas atividades devem ultrapassar os muros no CAPS, abrangendo outras políticas e parcerias.

### **Por que trabalhar? O significado de trabalhar para os usuários do CAPS II Leste**

O significado do trabalho é diverso para os diferentes usuários do CAPS. Observou-se que 82% dos entrevistados responderam positivamente em relação ao seu desejo de trabalhar e 18% negativamente. Como afirma Lussi (2011, p. 186), existe uma grande consideração do trabalho “enquanto prática que integraliza e legitima socialmente os indivíduos, é reconhecido nas diferentes classes sociais, grupos e comunidades”.

Dos 18% dos usuários que responderam não desejar trabalhar, o principal determinante circunscreve ao fato de: 67% dos usuários sentirem-se incapazes de realizar atividades nesta esfera e 33% possuem medo de entrar no mercado de trabalho, e, isso ocasionar o agravamento do transtorno. Em relação ao primeiro determinante, é possível entender que alguns usuários introjetaram a incapacidade socialmente associada à sua identidade e não foram estimulados a desenvolver habilidades na esfera do trabalho. Em relação ao segundo determinante, as próprias condições de trabalho ou relações decorrentes da organização do trabalho capitalista podem ter ocasionado incertezas e inseguranças.

Entre os que desejam trabalhar, 33% dos usuários entrevistados afirmam que o trabalho gera como positividade uma independência financeira, logo, o usuário não

precisaria depender da ajuda de outras pessoas, principalmente das famílias, no geral, de baixa renda e com outras vulnerabilidades associadas. Em segundo lugar, 22% desses usuários desejam trabalhar para adquirir reconhecimento social e serem respeitados diante da sociedade.

Consideram ainda o trabalho como fonte de dignidade e de honra, 19% afirma ter necessidades financeiras e desejam trabalhar para supri-las e ajudar seus familiares; 19% afirma ainda que querem trabalhar porque é uma forma de “ocupar a mente” e desenvolver um bem-estar psicossocial. E o restante dos entrevistados (7% dos usuários) respondeu que deseja trabalhar por que considera que é uma importante fonte de realização pessoal, concretização de um sonho.

### **Considerações Finais**

A partir do processo de desinstitucionalização e com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica observam-se alterações significativas na relação da sociedade com a pessoa com transtorno mental. Ao se construir sua cidadania, paulatinamente outros lugares e possibilidades sociais se desenham, inclusive na perspectiva de potencializar seus desejos e capacidades laborativas e criativas.

Os CAPS, como um dos dispositivos principais da Reforma, surgem como instrumento potencializador de inserção da pessoa com transtorno mental no mercado de trabalho e do fomento de ações de geração de trabalho, renda e projeto de vida, no horizonte da construção de novas relações sociais e visibilidade da pessoa com transtorno mental, multiplicando sua identidade social, historicamente restrita ao estigma.

Sabe-se que o mercado considerado é capitalista competitivo e cada vez mais excludente, e que muitas vezes se torna uma atividade adoecedora. Com esse estudo foi possível analisar os desafios de inserir um usuário do CAPS no mercado formal de trabalho, pois a ele é atribuída a imagem de pessoa incapaz, até porque

precocemente tendeu a ser excluído dos processos de escolarização e qualificação para o trabalho. Com isso foi possível concluir que o trabalho para a pessoa com transtorno mental deve ser pensado de forma protegida, visando sempre a sua integridade e zelo por sua saúde mental, na luta por desconstruir a imagem ainda atribuída à pessoa com transtorno mental de ser inútil/incapaz, e caminhando no sentido de lutar pelas conquistas da efetivação de sua cidadania plena.

## Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**– Brasília: Ministério da Saúde, 2004a;

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002;**

CASTEL, Robert. **A Ordem Psiquiátrica - A idade de Ouro do Alienismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978;

FRAZÃO, Iracema da Silva. **“Eu acho que a pessoa doente mental pode trabalhar. Eu trabalho e não sou doente mental” O processo de reinserção da pessoa com transtorno mental no mercado de trabalho**. Tese de Doutorado. Departamento de Serviço Social – Universidade Federal de Pernambuco, 2007;

FRAYZE-PEREIRA, João. **O que é loucura**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985, 108 p. (Coleção Primeiros Passos vol. 18);

GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002; 38;

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002;

LUSSI, I.A.O.; MATSUKURA, T.S.; HAHN, M.S. **Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental**. O MUNDO DA SAÚDE (CUSC. Impresso), v.34, p. 284-290, 2010;

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. Os desafios e os limites da inclusão da pessoa com transtorno mental no mercado de trabalho: uma proposta de estudo. In: LIMA, Solimar Oliveira; BARROS, Francisco de Oliveira Júnior e ARAÚLO, Valdenia Pinto de Sampaio. **Trabalho e desigualdades**. Rio de Janeiro: Booklink, 2009;

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. **Transtorno mental e o cuidado na família.** – 2.ed. – São Paulo, Cortez, 2008;

\_\_\_\_\_, Lúcia Cristina dos Santos. **Classes sociais, gênero e etnias na saúde mental.** 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2013. 412p.

